

Bitcoin, a primeira moeda mundial? (RAFAEL CISCATI E MARCOS CORONATO)

O dinheiro digital, que pode ser produzido em casa e não tem controle central, promete revolucionar as compras pela internet.



É COISA SÉRIA

Uma moeda física de bitcoin, feita de brincadeira pelo engenheiro Mike Caldwell. A moeda virtual atrai hoje estudiosos, especuladores e consumidores (Foto: ©www.flickr.com/zcopley)

Foi como uma corrida do ouro. Ao longo de março, uma crise bancária na pequena nação europeia de Chipre fez com que hordas de espanhóis tentassem sacar o dinheiro que tinham por lá. Assustados, eles usaram os euros para comprar o que parecia ser um ótimo investimento – um tipo de dinheiro invisível e intocável, criado por um sujeito que provavelmente não existe. Trata-se da "bitcoin", uma moeda digital lançada na internet em 2009 por um certo Satoshi Nakamoto. Os espanhóis à caça de bitcoins uniram-se a outros grupos que já procuravam a moeda, como especuladores confiantes em sua valorização ou compradores de drogas ilegais pela internet. A onda de interessados fez com que a cotação disparasse. Passou da casa dos US\$ 40, já bem alta, para mais de US\$ 200, em abril. Em outubro, a bitcoin já chamava a atenção do Banco Central Europeu, que dedicou um relatório ao dinheiro digital. O estudo reconhecia que moedas virtuais como a bitcoin poderiam competir com o dólar e o euro. Agora, a novidade atrai, além de usuários de todos os tipos, a atenção de pesquisadores, órgãos reguladores e forças policiais.

O sistema bitcoin é subversivo por vários aspectos. Com ele, um brasileiro não precisa de cartão de crédito internacional para fazer compras pela internet no exterior. Basta que a loja aceite pagamentos em bitcoin. Os computadores trocam informações entre si, e as moedas trocam de mãos. O sistema dispensa o usuário de fornecer informações pessoais (assim como dinheiro vivo), dispensa intermediários e elimina o perigo de o mesmo dinheiro ser usado duas vezes, como ocorre em algumas fraudes virtuais. Para fazer compras, o usuário precisa baixar uma carteira eletrônica, que guarda suas moedas, ou cadastrar-se num serviço on-line que faça o mesmo. As moedas podem ser

A mensagem

Para o consumidor

A bitcoin deve mudar a forma como compramos pela internet

Para as autoridades

A nova moeda digital oferece desafios e lições. Ela deve ser estudada, e não sufocada com regras

trocadas em casas de câmbio on-line, como a Mt. Gox, a maior do ramo. Há pelo menos 30 delas em funcionamento, trocando bitcoin por todas as moedas relevantes do mundo. A Bitpay, empresa americana que processa pagamentos em bitcoin no mundo todo, atende 6 mil lojas físicas e on-line.

A característica mais perturbadora do sistema é permitir que cada usuário crie bitcoin ou, em outras palavras, fabrique dinheiro em casa. Nesse aspecto, parece um neto inesperado das ideias de economistas como o austríaco Friedrich Hayek (1899-1992). Hayek e seus colegas eram integrantes de uma escola econômica que questionava o que consideravam o autoritarismo dos bancos centrais sobre as moedas, conhecida como Escola Austríaca. Na ausência de uma entidade central e de uma Casa da Moeda, o nascimento de bitcoins tem de se autorregular de outra forma.

O sistema usa uma lógica similar à do BitTorrent, a tecnologia que permite que usuários de internet compartilhem dados e é muito usada para baixar filmes. Quando um computador baixa um filme, ele coleta trechos do arquivo em várias outras máquinas da rede. O grande número de computadores conectados permite que o fluxo de dados seja mais rápido. A mesma lógica funciona com a moeda virtual. Cada bitcoin é uma sequência de letras e números. Quando ocorre uma transação de transferência de bitcoin, todos os computadores participantes do sistema são inquiridos, para confirmar sua validade e a

passagem do dinheiro de um usuário ao outro. O primeiro computador a certificar ou a rejeitar a transação produz automaticamente 25 bitcoins. É assim que novas moedas são criadas.

A prática é chamada de minerar bitcoins, uma referência à mineração de ouro, também lenta e árdua. Só que, em vez da força dos braços, usa o poder de computação de cada máquina. "Hoje, a cada dez minutos, criam-se no mundo 25 bitcoins", diz Gavin Andresen, cientista-chefe da BitCoin Foundation, uma organização dedicada a aperfeiçoar o funcionamento do sistema. Gavin estima que existam cerca de 15 mil computadores conectados. Com o tempo, as operações que validam as transações se tornam mais difíceis, assim como encontrar ouro no subsolo é cada vez mais raro no mundo. "Hoje, minerar bitcoins é 9 milhões de vezes mais difícil que em 2009", afirma Andresen. A programação do sistema prevê que a produção de moedas diminua gradualmente. Há cerca de 11 milhões delas em circulação. Prevê-se que o número de bitcoins atinja o teto de 21 milhões, previsto no sistema, por volta de 2040.

Nakamoto, nome atribuído a um especialista em computação, explicou o funcionamento da moeda num artigo publicado em 2008. "Propomos um sistema para transações eletrônicas que dispensa a confiança (*entre as duas partes envolvidas*)", afirmava o texto, escrito em formato acadêmico. "O sistema é seguro, contanto que os participantes honestos, coletivamente, controlem mais poder de computação do que qualquer grupo de atacantes (hackers)." Em 2009, ele lançou o sistema e, em 2011, sumiu. Sua existência é tema de debate. Muitos creem que se trata de um grupo, e não de um indivíduo. Seu primeiro nome, Satoshi, significa "sábio" em japonês. Ele conquistou uma multidão de admiradores.

No ano passado, um quarteto de pesquisadores, liderado pelo cientista da computação Simon Barber, do centro de pesquisas Parc, nos Estados Unidos, avaliou a novidade. Eles concluíram que, embora o método de segurança usado não seja genial, a arquitetura do sistema impressiona pela eficiência. "O apelo do bitcoin está em sua simplicidade, flexibilidade e descentralização", afirmam os pesquisadores do Parc e da Universidade da Califórnia.

Eles avaliaram vários pontos fortes do sistema. Em três décadas de pesquisa com dinheiro eletrônico, nenhum outro pareceu tão atraente quanto o bitcoin para os consumidores. Como a mineração se torna mais difícil com o tempo, surge um forte incentivo para que os interessados entrem logo no jogo, em vez de esperar que ele "pegue". O sistema parece menos com um jogo de realidade virtual (em que você só se diverte se já houver muita gente jogando) e mais com uma mina de ouro (em que você lucra mais se chegar antes). O sistema ainda é aberto, um convite a programadores e empreendedores para melhorá-lo e adaptá-lo.

A humanidade usa o conceito de dinheiro há mais de cinco milênios na forma de mercadorias variadas (*leia o quadro*). Usa moedas há quase 30 séculos. E brinca com moedas digitais há alguns anos. Ao longo dessa história toda, a bitcoin é a primeira moeda que, ao mesmo tempo, não tem existência material nem é emitida por uma autoridade central.

Apesar desse sucesso, sua sobrevivência não está garantida. As autoridades têm ressalvas em relação à novidade, porque as operações não deixam identificação. A bitcoin facilita as remessas de dinheiro entre países e a compra de mercadoria ilegal. Outro problema é que a quantidade de bitcoins em circulação não é definida por uma política monetária, mas por um programa de computador. Como a produção de bitcoins se torna progressivamente mais difícil, ela tende a se valorizar em relação a outras moedas e a ganhar poder de compra. Esse fenômeno se chama deflação. Em tese, o mesmo ocorreria com o ouro, por novas minas serem cada vez mais difíceis de encontrar.

Aquilo que parece ser bom para a moeda – que o digam os brasileiros que veem o real mordido pela inflação nos últimos tempos – converte-se facilmente em problema. A valorização contínua tende a incentivar os hackers a investir em poder de computação suficiente para roubar bitcoins. Já houve casos assim, que podem espantar novos interessados. A valorização também estimula os especuladores a guardar bitcoins, em vez de gastá-los. É o caso dos irmãos e investidores americanos Cameron e Tyler Winklevoss, que se tornaram famosos por disputar na Justiça direitos sobre a criação do Facebook. Os dois passaram a investir em bitcoin e detêm cerca de 1% das moedas em circulação. No Brasil, há muito mais pequenos especuladores que pessoas interessadas em fazer compras.



A família das moedas

Como elas evoluíram e o que a bitcoin tem de diferente



Criadas por uma entidade central

São palpáveis

MOEDAS-MERCADORIA ANTIGAS

Gado			
Concha			
Pérola			
Sal			

MOEDAS DOMINANTES HOJE

Dólar			
Iene			
Libra esterlina			
Euro			

MOEDAS DIGITAIS

Créditos Facebook			
Dólares Linden			
QQ Coins			
Bitcoins			



BITCOIN
 É a primeira moeda na história da humanidade que não tem existência material (é dinheiro digital) nem é controlada por uma entidade central (um banco central, rei ou empresa)

“Os especuladores são cerca de 95% dos usuários”, afirma o consultor de tecnologia Leandro César. Ele criou, em 2011, o site Mercado Bitcoin, em que interessados podem trocar reais por moedas virtuais. Há hoje 250 mil usuários cadastrados, segundo Leandro. Se os grupos de especuladores e “empilhadores” da moeda superarem em número os usuários comuns, dispostos a comprar produtos e serviços, a bitcoin perderá o sentido.

Atualmente, já surgem outros candidatos ao posto de moeda digital mais sofisticada do mundo. Ripple e Litecoin são duas delas. As ameaças e os novos concorrentes, porém, não mudam um fato: a bitcoin deve definir um modelo duradouro. Mesmo que outra moeda virtual a substitua, ela será uma melhoria de um conceito vitorioso. Podemos agradecer a Satoshi Nakamoto – mesmo sem saber direito quem é ele, ou quem são eles.

RAFAEL CISCATI e MARCOS CORONATO são jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista ÉPOCA, Maio de 2013.**

O jornalismo como razão de ser das emissoras públicas (EUGÊNIO BUCCI)

A TV pública que não contesta – e, principalmente, que não se distancia do ente público que lhe repassa a verba – é peça decorativa em convescote de autoridades. Não incomoda o poder. Se não incomoda o poder, não incomoda ninguém, e, se não incomoda ninguém, não tem utilidade para ninguém.



Parte I

Este artigo começa com uma historinha: o caso de uma crise financeira mundial que levou à descoberta do jornalismo sem finalidade lucrativa. Essa descoberta não foi bem uma descoberta, como veremos adiante, mas a historinha é boa. Vamos a ela.

O maremoto financeiro de 2008, de proporções globais, teve efeitos devastadores na indústria jornalística norte-americana. Em ondas sucessivas, a crise pôs abaixo as estruturas tradicionais do negócio. Jornais faliram em toda parte. Como se sabe, o abalo teve uma conexão direta com a falência generalizada dos sistemas de financiamento do mercado

imobiliário, das casas das pessoas. De uma hora para outra, havia sobrados à venda por um dólar, um único dólar. Os cadernos de classificados de imóveis, que já minguavam desde antes, deixaram de ser uma fonte de receita. Parte desse dinheiro já tinha ido para a internet; outra parte não foi para lugar nenhum, apenas sumiu. O mundo parecia estar desmoronando e, para muitas redações, para dezenas de milhares de jornalistas profissionais que perderam o emprego, o mundo desmoronou de verdade.

Quem mais sofreu em 2008, nos Estados Unidos, foram os jornais locais. Repentinamente, diários que concorriam entre si com ferocidade buscavam acordos de cooperação para compartilhar equipes e coberturas. Aliaram-se para cortar custos. Outros não viram outra saída além de demitir repórteres, depois editores, depois mais outros, até morrerem laconicamente. O desastre foi tão devastador que, naquele ano, começou a se falar no desaparecimento do jornalismo local norte-americano. E as perguntas ficaram mais sérias. O que seria da imprensa nacional se o jornalismo local ficasse inviável economicamente? O que seria da ordem democrática sem reportagens investigativas nas cidades médias?

É sabido, claro, que as novas tecnologias digitais e a crescente disseminação de notícias na internet também contribuíram para acelerar a derrocada. Com ou sem a crise de 2008, o modelo de negócio do jornal local independente – o diário impresso, financiado por cadernos de classificados e por publicidade local – estaria em tremendas dificuldades. Leitores e anunciantes já vinham escapando para os novos meios desde antes. Os jornais tradicionais também tentaram migrar para o digital, mas não conseguiram, ao menos na primeira hora, gerar as mesmas receitas. Estavam na internet, eram lidos, mas o dinheiro não vinha. E não veio. Para a maioria, o dinheiro nunca chegou.

Para outros, a caixa registradora tilintou. Assim como deram sentença de morte para muita gente, as tecnologias digitais foram generosas com projetos menos convencionais. Emergindo das cinzas, começaram a ganhar corpo novas formas de empresas jornalísticas. Entre os novos negócios que decolaram, os brasileiros conhecem bem o *Huffington Post*.

O modelo de organização jornalística que mais surpreendeu após a crise não era bem um negócio. Não tinha objetivo de lucro. Foram iniciativas de jornalismo *não comercial*. Com redações vigorosas, gente experiente e talentosa, essas iniciativas se basearam numa fórmula que, aos olhos de muitos, não seria sustentável a longo prazo. Os novos

veículos de jornalismo não comerciais não vendem publicidade e não cobram nada dos internautas (difundem seu conteúdo apenas na internet). O dinheiro vem de doações – quer dizer: doações de milionários excêntricos, que acham que vale a pena pagar a conta de reportagens independentes.

Uma dessas organizações é a ProPublica, que logo conquistou prêmios respeitáveis de jornalismo (o Pulitzer, entre eles) e soube se modernizar rapidamente. De uns tempos para cá, passou até a aceitar publicidade para diversificar suas receitas e arejar seu modelo de financiamento. Continua não tendo finalidade lucrativa, mas precisa ter faturamentos alternativos. Se vai dar certo ou não, ainda não é possível saber. O que mais nos interessa, agora, é extrair da nossa pequena historinha a lição que ela parece querer nos deixar. Ei-la: *no momento de sua crise mais grave na história recente, a imprensa norte-americana descobriu o jornalismo não comercial*. Em sua agonia, revigorou sua vocação pública, voltada para o interesse público e igualmente sustentada pelo interesse público.

Hoje, existe até quem fale em “jornalismo pós-industrial”, querendo dizer que a indústria sofre abalos sísmicos um após o outro, mas o jornalismo pode sobreviver a esses abalos e mesmo sobreviver à indústria. Prossegue porque, ao menos até aqui, as pessoas precisam dele, os cidadãos precisam dele e a sociedade precisa dele. E assim termina a historinha inicial, com um toque edificante. Resta esclarecer, como adiantei no início deste artigo, que o que se deu nos Estados Unidos não foi bem uma descoberta, mas uma *redescoberta* do jornalismo não comercial. E isso tem tudo a ver com as emissoras públicas. Passemos então à segunda parte.

Parte II

Os jornalistas norte-americanos, portanto, reinventaram algo que já existia, mas souberam modernizar um pouco o velho conceito. O jornalismo sem fins de lucro já existe há quase um século em centenas de emissoras públicas espalhadas pelo planeta. As novas organizações, como a ProPublica (o nome não é acidental), reforçaram a velha fórmula, dando a ela mais agressividade, independência e disposição investigativa. No fundamental, porém, a ideia já estava aí fazia tempo.

Desde a primeira metade do século XX, as democracias ocidentais conceberam, construíram e puseram para funcionar respeitáveis estruturas de comunicação, centradas na informação jornalística, na formação crítica de suas audiências e na difusão da cultura. Nasceram assim as emissoras de rádio e televisão – que agora atuam cada vez mais na internet, com êxito crescente. Lembremos, a propósito, que, durante a crise das redações comerciais nos Estados Unidos, a NPR (National Public Radio), uma rede de rádios públicas que congrega aproximadamente novecentas emissoras, aumentou sua audiência e seu prestígio, com programas jornalísticos de qualidade sobre vários assuntos, especialmente sobre temas internacionais. Lembremos, igualmente a propósito, que, pouco antes de 2008, Jürgen Habermas sugeriu o financiamento público do jornalismo. Outra vez, não se tratava exatamente de uma novidade.

Recuemos no tempo para entender melhor. As emissoras públicas surgiram não para levar educação às audiências, embora muitas tenham se notabilizado com programas educativos. Elas nasceram para exercer as funções de imprensa apartidária e equilibrada – e para isso contribuíram fortemente os ideólogos da social-democracia (na Europa) e dos democratas (nos Estados Unidos). Elas entraram em cena para assegurar ao debate público um fórum desinteressado, equidistante, não polarizado. Entendia-se, na época, e com razão, que as emissoras comerciais, sozinhas, não assegurariam um ambiente de comunicação social suficientemente plural. Isso significa que a necessidade que levou as democracias a criar emissoras públicas, note bem o leitor, foi uma necessidade *jornalística*. Hoje, as grandes emissoras públicas que seguem em atividade devem seu brilho ao zelo com que cumprem os ideais da imprensa. Os programas infantis e os programas culturais só podem ser entendidos como uma extensão da realização desses ideais da imprensa. No fundo, é o compromisso com os cânones do jornalismo – como a independência editorial – que gera as precondições necessárias para a produção de programações culturais e educativas de qualidade.

É evidente que a cultura é muito mais extensa que o jornalismo. A literatura infantil e o teatro infantojuvenil, assim como os conteúdos meramente recreativos voltados para crianças e adolescentes, constituem um universo incomparavelmente mais vasto do que aquilo que podemos chamar de imprensa. Mas, numa emissora pública, toda expressão cultural, todos os conteúdos voltados para as crianças constituem uma atividade de imprensa, aqui considerada em seu sentido mais amplo. Sem compromisso com a liberdade de imprensa, uma emissora pública não é capaz de ter criatividade e arrojo estético. Podemos ver a emissora pública até mesmo como a extensão da escola, não há dúvida. Mas, no seu núcleo, ela é um órgão de imprensa. É assim que a sociedade precisa dela. E, se não for para exercer a independência editorial e traduzir essa independência numa programação de alta qualidade e numa interlocução livre e com seus públicos, ela não precisa existir. Se ela for subserviente ou pusilânime, é, na melhor das hipóteses, um mau uso do dinheiro público.

Tristemente, a grande maioria dos dirigentes de emissoras públicas no Brasil ainda não despertou para essa verdade tão simples, tão óbvia e tão indispensável, olhando para as emissoras comerciais com desejo de copiá-las – e perdendo a oportunidade de apresentar ao público algo realmente distinto, inovador, esteticamente marcante. A TV pública, quando copia, erra (mesmo quando acerta). E, quando arrisca, acerta (mesmo quando erra). A TV pública que não contesta – e, principalmente, que não se distancia do ente público que lhe repassa a verba – é peça decorativa em convívio de autoridades. Não incomoda o poder. Se não incomoda o poder, não incomoda ninguém, e, se não incomoda ninguém, não tem utilidade para ninguém.

A alma da TV pública contém exatamente aquilo que os jornalistas norte-americanos começaram a procurar quando foram abatidos pela crise em ondas sucessivas. Não é dinheiro que falta às emissoras públicas no Brasil de hoje (algumas até se esmeram em desperdiçá-lo). O que lhes falta é consciência – e dessa consciência hão de decorrer a

gestão impessoal, a eficiência, a transparência administrativa e financeira, a qualidade. Como resultado, virá a audiência expressiva e participante.

Parte III

Aí o leitor me pergunta: mas, então, o que fazer? Vou responder a essa pergunta de um modo que soará enigmático e que, no entanto, é o que há de mais cristalino para ser dito. Venho propondo há alguns anos cinco bandeiras estéticas para a televisão pública, bandeiras que ajudam a enxergar o que pode separar o essencial do supérfluo – o que pode distinguir as emissoras verdadeiramente públicas das outras, sejam elas as comerciais ou aquelas que se dizem públicas, mas vivem de enaltecer os governantes.

1. Almejar o invisível. Isso mesmo: almejar o invisível. Para explicar esse princípio, faço aqui uma nota sobre o termo *entretenimento*. Essa palavra, entretenimento, não é neutra, inodora, ainda que muitas emissoras públicas, desavisadas, saiam por aí prometendo entretenimento para o auditório. O entretenimento é o nome de uma indústria que se agigantou no final do século XX, cujo negócio é extrair o olhar do público para vendê-lo ao anunciante. É legítimo esse negócio, deixemos isso bem claro. Ele é legítimo e, mais ainda: sem comunicação comercial não há democracia. O problema com o entretenimento é que ele não é, nem pode ser, a única forma possível de comunicação social. Se nos contentarmos apenas com ele, o mercado terá engolido inteiramente as formas possíveis de interlocução entre as pessoas. Aí é que entra o invisível. Uma das características da indústria do entretenimento, hoje, na televisão, é essa tendência de adotar o visível como critério do verdadeiro. O visível virou o atestado de que um fato aconteceu. A televisão pública, de seu lado, não deve aderir a isso. O dever que lhe cabe, sem prejuízo do esmero com o visual, é ultrapassar a membrana do olhar composta de figuras, cenas, imagens. Indo além, ela deve almejar tocar as ideias em movimento, pois sua matéria essencial é menos a imagem e mais o pensamento. Para ela, a imagem não é fim – é meio.

2. Desmontar a oferta do gozo. Se as emissoras comerciais dependem de promover a estética da mercadoria, as emissoras públicas devem desmontar essa estética – e criticá-la. A propaganda comercial proporciona uma antecipação (um *trailer*) do prazer do consumo material, oferecendo o consumo da imagem da mercadoria. As emissoras públicas existem para ser uma alternativa a isso, o que significa promover um espaço de cultura e de reflexão que procure se situar fora do alcance da mercadoria. Desmontar a oferta de gozo corresponde a deixar de insistir na reincidência de doses maiores das mesmas sensações, o que nos leva à terceira bandeira.

3. Buscar o conteúdo que não cabe na TV comercial. Quando a TV pública insiste em copiar os formatos comerciais dominantes, ganha um ar de atração requentada, de espetáculo de segunda. Para fugir do que o senso comum chamaria de “chatices”, ela se deixa levar pela tentação de ficar parecida com os padrões estéticos das redes comerciais e, aí sim, acaba ficando insuportavelmente chata. Se, em vez disso, topar correr riscos, poderá surpreender – até a si mesma – e ocupará um lugar que hoje, no Brasil, está vazio.

4. Emancipar em lugar de cativar. O pesadelo que atormenta a televisão comercial é que, um dia, as pessoas não precisem mais dela. A realização da TV pública acontece pelo caminho oposto, o da emancipação. Ela não teme a emancipação do seu telespectador. Nesse ponto, ela se realiza mais ou menos como o professor que impele o aluno a alçar voo próprio.

5. Desvencilhar-se do medo do “chefe”. De vez em quando, os administradores da TV pública se declaram preocupados com a perda de audiência. Nada poderia ser tão alucinado: eles não podem perder o que não têm. Mesmo assim, têm medo de perder (ainda mais) audiência e levar bronca dos chefes, os governantes. Só perdendo o medo desse “chefe” (suposto) é que poderão servir a quem deveriam servir: o público, o interesse público (não o interesse governamental). Aí, sem medo, começarão a fazer diferença. O medo que mora dentro das emissoras públicas é o que mais repele os telespectadores. Emissoras sem medo serão mais interessantes, terão mais audiência e serão mais felizes.

Aqui, as bandeiras estéticas iluminam o caminho para o cumprimento do dever ético das emissoras públicas. Elas nunca foram tão necessárias – pela simples razão de que o jornalismo não comercial nunca foi tão necessário. E, no Brasil, ainda estão adormecidas.

EUGÊNIO BUCCI é jornalista e professor da ECA-USP e da ESPM. Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Abril de 2013.** Nota: Boa parte das informações da primeira parte deste artigo encontra-se no paper *The reconstruction of American journalism* [A reconstrução do jornalismo norte-americano], de Leonard Downie Jr. e Michael Schudson, publicado pela Columbia Journalism School em 2009.

Entre estupros e chacinas, o Brasil quer ficar bem na fita (MALU FONTES)

A VIOLÊNCIA do Brasil estampou-se nas manchetes do mundo há poucas semanas, quando uma turista americana entrou em uma van em um dos principais cartões-postais do país, o bairro de Copacabana, acreditando estar em segurança usando o transporte público do Rio de Janeiro. O percurso foi desviado, os demais passageiros foram obrigados a descer e a moça foi estuprada coletivamente por um bando de bárbaros que comandavam o veículo, clandestino. Bastou que, diante do caso, a imprensa internacional lembrasse que este era o país que sediaria a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas para que a polícia do Rio se virasse nos 30 e desse conta de apresentar os criminosos em dois tempos.

Que a imprensa internacional esbugalhe os olhos diante de fatos dessa natureza, qual a surpresa? A barbárie nas grandes cidades brasileiras assombra aqui e lá fora. Chacinas, gente queimada viva, ondas de explosão de caixas de banco, saidinhas bancárias, sequestros relâmpago e taxas de homicídio que parecem genocídio. Diante da violência de qualquer grande metrópole brasileira, Bagdá e a Faixa de Gaza são dúplex no reino da paz.

No entanto, o que se torna quase tão inacreditável quanto a perpetração dessa violência em si é a reação de boa parte da população brasileira e de lideranças políticas diante da repercussão internacional. Quem já não leu nos jornais ou ouviu na TV declarações do tipo: "Ah, isso é péssimo para a imagem do Brasil lá fora, na véspera da Copa". Como? A violência é um horror é para os brasileiros, que, sem estarem em uma guerra, vivem num país onde não podem sair às ruas certos de que voltarão vivos.

Os subtextos que se escondem sob crimes como o estupro da van são inúmeros e costumam passar em branco em termos de repercussão. A imprensa noticiou, após o episódio da americana, que uma brasileira moradora na periferia do Rio já havia sido estuprada na mesma van, na mesma rota e pelo mesmo bando. Dera queixa e nada foi feito. E a propósito, por que raios é mais importante que a imagem do Brasil fique bem na fita "lá fora" do que garantir a quem vive aqui e sustenta essa bodega o direito de poder sair às ruas sem medo de estupro, assalto e bala perdida?

O brasileiro espanta-se diante da grisalhece bela de William Bonner ou dos cachos de graúna de Patrícia Poeta noticiando com pesar mais um estupro na Índia. Esquece, no entanto, que os casos no Brasil aumentaram cerca de 170% em cinco anos, de 15.351 para 41.294 (2005-2010), sem contar que boa parte das mulheres não registra o fato por falta de estrutura nos lugares onde vivem ou por trauma e vergonha. Há uma semana uma garota de apenas 14 anos foi estuprada na Praia do Leblon, reduto da classe média alta do Rio de Janeiro.

O barulho que se fez foi quase nulo se comparado ao episódio da americana. Não é nada, não é nada, mas a menina é moradora do Morro do Vidigal. As questões domésticas podem esperar um poquinho más. Tudo fica mais fácil com panos quentes, alguma lentidão e uma dose de descaso. Para que barulho se isso vai estragar, aos olhos dos estrangeiros, a imagem de Brasil cordial onde vive um povo tão feliz e sorridente que, por pouco, a nossa caricatura oficial ainda não se transformou numa bunda sob uma ampla dentadura sorridente?

MALU FONTES é jornalista e professora no curso de Jornalismo da UFBA. **Jornal CORREIO, Abril de 2013.**

Prato de farinha para jecas (LUIZ FELIPE PONDÉ)

SÓ DUAS coisas são certas na vida, "morte e impostos". Estamos nos últimos dias para você declarar seu IR. Imagino que esteja super feliz por ter essa chance de cumprir sua cidadania. Risadas? O Estado brasileiro se arma até os dentes em tecnologias de arrecadação, mas continua a não entregar serviços. Avançamos pouco desde as capitâncias hereditárias.

O Bolsa Família (coronelismo de esquerda) é um pouquinho melhor do que o prato de farinha que o "coroné" dava no Nordeste no dia da eleição. Mas, se o governo é um leão em TI, um sócio sanguessuga, e nada nos dá em troca, o problema aqui é antes de tudo uma mentalidade miserável tanto do Estado brasileiro quanto duma cultura jeca que diz não gostar de dinheiro e abominar o lucro. Com a advento do terrorismo de quintal em Boston, muita gente volta a ladainha de que os americanos são caipiras paranoicos. Errado!

Os americanos inventaram o país mais rico do mundo, no espaço de tempo mais curto da história, para uma população gigantesca e na maior liberdade política conhecida. E isso tudo porque é rico. Isso mesmo: o que faz os EUA não são os "obaminhas", mas sim a cultura de trabalho e empreendedorismo da América profunda, dos americanos pequenos e invisíveis. Nos EUA, "justiça social" é uma oferta gigantesca de empregos. Aqui nos afogamos num misto de inhaca coronelista de esquerda, travestida de menina virgem de dez anos, e ódio "fake" ao lucro e ao dinheiro.

Lamento que a guerrilha no Brasil, no tempo da ditadura, não tenha saído vitoriosa. Assim, eles teriam revelado o que de fato queriam, fazer do Brasil uma (outra) ditadura de pobres. Agora estaríamos livres da palhaçada contínua que ainda reina entre nós: a esquerda se dizendo vítima e fingindo que é democrática. Teríamos falido, como todo país comunista faliu, eles teriam matado milhares de pessoas, como todo país comunista matou, e agora, como nos países do Leste Europeu, ninguém ficaria brincando de ser de esquerda.

E a direita? No Brasil não há a direita que interessa, a liberal de mercado, que defende que as pessoas devem ser responsáveis pelo que fazem. Aquela dos "americanos pequenos e invisíveis". Engana-se quem acredita que defender a sociedade de mercado seja defender grandes grupos capitalistas. O "grande capital" nada tem a ver com a ideia de sociedade de mercado de Adam Smith, pois este "grande capital" convive muito bem com regimes autoritários e, pisme você, adora países sem sociedade de mercado, basta ver como qualquer grande banco vive bem com nossa inhaca coronelista de esquerda. O "grande capital" odeia competição e meritocracia.

Não, o que falta entre nós é uma visão de mundo que não seja pautada pelo culto da incapacidade das pessoas cuidarem de si mesmas. A sociedade de mercado é uma sociedade de pequenos e médios empresários e profissionais liberais que lutam corajosamente para dar emprego e pagar impostos imorais. O governo brasileiro persegue esta classe de empresários e profissionais liberais a pauladas, cobrindo-os de obrigações tributárias impagáveis para que sejam obrigados a corromper o próprio governo. Um fascismo fiscal. Por exemplo: por que alguém deve pagar 40% de multa do FGTS quando demite um funcionário? Qual a infração que mereceria esta multa de 40%? Eu digo qual: para a mentalidade jeca brasileira, dar emprego é crime, empregador é bandido que deve ser punido. Eis um exemplo de pauladas.

No Brasil só bobo e quem não tem jeito dá emprego. Uma saída é exigir pessoa jurídica de todo mundo e enterrar todo mundo em centenas de tributos. Eis o fascismo fiscal. Quero ver os bonzinhos, bonitinhos e melosos continuarem bonzinhos, bonitinhos e melosos quando tiverem que pagar a multa de 40% do FGTS (depois de 10 anos) quando quiserem demitir uma empregada que maltrata seu filho. Pequenos e médios empresários e profissionais liberais é que fundam a riqueza de um país e enquanto os caçarmos, inclusive considerando-os bandidos, o Brasil não sairá da miséria. Adam Smith, e não Marx, deveria estar em nossas cartilhas.

ponde.folha@uol.com.br. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2013.

Lanche infeliz (ROSELY SAYÃO)

"É HORA do lanche!". Essa frase, que era dita quase aos gritos pelas crianças quando soava o sinal na escola anunciando o intervalo, costumava ser uma alegria. Depois de mais ou menos duas horas estudando ou brincando com os colegas e sendo conduzidas pelos professores, tomar o lanche trazido de casa e feito com carinho e dedicação pelos pais ou pelos avós, às vezes pela empregada da casa, era tudo o que as crianças precisavam.

O lanche na escola faz mais do que alimentar a criança ou matar sua fome. É ao fazer aquela refeição que o aluno relaxa e se lembra, nem sempre de modo consciente, da segurança de sua casa e da presença e do afeto dos pais. E é isso que refaz a energia da criança e permite que ela retome o seu período de trabalho escolar com mais coragem e mais confiança. Eu tenho observado o tipo de lanche que os alunos tomam atualmente nas escolas. Bem, primeiramente temos de lembrar que hoje há dois tipos de escola: aquelas que ainda preservam a tradição de a criança levar seu alimento de casa e aquelas que já oferecem o lanche para os seus alunos.

Por que tantas escolas privadas assumiram mais esse encargo em seu trabalho? Bem, pelo que sei, por dois motivos bem diferentes. Algumas poucas dessas instituições se preocuparam com a qualidade da alimentação das crianças e assumiram a responsabilidade de educar seus alunos também nesse quesito. Essas escolas, que atendem principalmente os menores de seis anos, preparam o lanche em seus próprios espaços e não se preocupam apenas com a refeição balanceada e/ou com a oferta de alimentos saudáveis para as crianças. Elas incentivam os alunos, ensinam a experimentação e oferecem uma merenda saborosa, bonita e com um aroma que dá água na boca de qualquer adulto! E as crianças se deliciam nessa hora. Dá para perceber a alegria delas na hora do lanche.

Há outras escolas que decidiram oferecer o lanche por solicitação dos pais. Elas contrataram nutricionistas ou empresas que levam os lanches para a escola e, sinto informar: as opções que conheci não pareciam muito apetitosas, não. Tampouco saudáveis do jeito que se fala. Certamente há nutricionistas por trás desses lanches, mas pode ser que esses profissionais se preocupem mais com o aspecto nutricional dos alimentos do que com as crianças e com sua educação. Por fim: tenho observado lanches que os alunos levam de casa e tenho ficado impressionada com o que tenho visto. Sucos industrializados, bolos, bolachas recheadas, salgadinhos, bisnagas etc.

De vez em quando, consigo ver alguns alunos comendo frutas ou um bolo caseiro no intervalo. Mas essa cena tem sido cada vez mais rara, tanto quanto a alegria das crianças no momento de comer o lanche. Preparar o lanche de um filho é um ato amoroso. Nestes tempos em que os pais declaram tantas vezes seu amor pelos filhos, por que é que as lancheiras que vão de casa para a escola têm sido assim tão pouco amorosas? Não vale justificar o problema com a falta de tempo dos pais. Talvez a explicação esteja mais para falta de disponibilidade, não é?

Afinal, preparar qualquer refeição para os filhos exige isso: disponibilidade e amorosidade. E dá trabalho. Mas ter filhos pressupõe mesmo muito trabalho. Inclusive na hora de preparar o lanche que ele irá comer longe de casa. E amor aos filhos se declara dessa maneira: cuidando deles, fazendo-se presente na ausência e, de vez em quando - de vez em quando! -, demonstrando esse sentimento com beijos, frases e abraços. E isso, de preferência, quando eles aceitarem essas manifestações de bom grado.

ROSELY SAYÃO, psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Depois de maio (CONTARDO CALLIGARIS)

POR SORTE, não perdi "Depois de Maio", de Olivier Assayas. Nas últimas semanas, eu tinha visto o trailer repetidamente, e imaginava que o filme me aborreceria com um amontoado de chavões ideológicos, ou seja, daquelas frases que, em Maio de 1968, estofavam nossos peitos e, hoje, são inertes, quase desprovidas de sentido.

Ora, tanto na nossa vida quanto na história coletiva do século 20 e 21, Maio de 68 e os anos 1970 foram muito mais do que as convicções e as palavras de ordem da luta política. Claro, na época, nada nos parecia mais importante do que o sucesso ou o fracasso daquelas convicções. Mas fazer o quê? Foi assim: saímos à rua para fazer uma revolução e acabamos fazendo outras, que não eram previstas, mas talvez fossem melhores do que a que tínhamos planejado. Não estou falando da revolução nos costumes e na tolerância das diferenças. Falo de outra revolução ainda, que, nos últimos anos, começou a ser contada, indiretamente, nos filmes que tratam de Maio 68.

Os melhores, para mim, eram "Os Sonhadores", de Bernardo Bertolucci, e "Amantes Constantes", de Philippe Garrel. Agora há "Depois de Maio", de Olivier Assayas, que não é apenas o filme sobre Maio que mais me tocou até hoje. É também um dos filmes (sobre Maio ou não) que mais me tocaram nos últimos anos. Assayas é mais jovem do

que eu. Eu tinha 20 anos em 68; ele tinha 13. Mas ambos fomos jovens nos anos 1970 na França; eu estava, por exemplo, nas manifestações de setembro de 70, durante a greve de fome de Alain Geismar.

Há uma pergunta que se colocam quase todos os que viveram "de dentro" Maio 68 e os 1970: o que eu fiz que, assim como eu sou hoje, eu não faria? E ter me transformado, isso é bom ou ruim? No filme "Depois de Maio", é citado um grande poeta beat dos anos 1950. Em "Gasoline", de Gregory Corso, há um poema ("Tenho 25 Anos"), em que, depois de evocar os poetas que morreram jovens (Shelley, Chatterton, Rimbaud), Corso declara que ele odeia os velhos poetas, "especialmente os que se retratam" e que contam sua juventude sussurrando: "Eu fiz aquilo então, mas isso foi então".

Desses velhos poetas, Corso quer arrancar a língua fora, para que parem de se desculpar. Será que sou um desses velhos poetas? Vistos de hoje, aqueles dias me parecem uma comédia de erros? E, se não foram, qual foi seu valor? É que aqueles dias e anos inventaram um novo hedonismo da vida (que talvez já tenha sido perdido, de novo): era um prazer de viver, mas cuidado - levando a vida extremamente a sério. Esse prazer tinha a ver com o quê? Por exemplo, com uma custosa fidelidade ao desejo da gente, que fosse de ser pintor, militante ou perdido nas drogas.

Ou ainda, com uma extraordinária densidade cultural, uma raiva de ler e estudar, como se colocar as questões certas fosse a condição para viver a vida intensamente. Em 1970, num seminário de literatura inglesa contemporânea, na Universidade de Genebra, cada estudante foi convidado a apresentar um autor preferido. Escolhi Gregory Corso. No meio da exposição, me empolguei e confesso que atribuí a Corso, como se fossem dois versos de um poema dele, as primeiras linhas (memoráveis) de um romance de espionagem de Len Deighton, que eu acabava de ler.

Por sorte minha, ninguém parecia conhecer nem Corso nem Deighton, e não fui desmascarado. O começo de "An Expensive Place to Die", de Len Deighton ("O Preço da Morte", Nova Fronteira), tinha se tornado meu hino pessoal à vida que se justifica por si só, pela aventura que ela é. Deighton começa assim: "The birds flew around for nothing but the hell of it" (o sentido é: os pássaros voavam pelo céu pelo puro prazer de voar - mas em inglês é muito melhor). O filme de Assayas fala do prazer da vida levada a sério em duas sequências magníficas e surpreendentemente longas: a abertura, com os estudantes fugindo de um ataque da polícia, e uma pichação noturna, também com fuga dos estudantes perseguidos pelos vigias.

Nessas cenas, há o fôlego dos estudantes e dos policiais, que correm, há o fôlego do cineasta que consegue manter a sequência, há o fôlego dos espectadores e há, enfim, mais um fôlego, do qual talvez todos precisemos: é o fôlego de se levar a sério, ou seja, por exemplo, de ousar ir às ruas, pelo prazer de declarar o que a gente pensa, desafiando o medo.

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

A lei obscura é a pior das normas (JANAÍNA PASCHOAL)

PODE SER contrária à redução da maioria penal e, não obstante, reconhecer que a internação por três anos se revela desproporcional para atos infracionais mais reprováveis, recebi bem a notícia de que um projeto de lei, visando ao alargamento de tal prazo, fora enviado ao Congresso Nacional.

Minha simpatia também se deveu à informação de que os internos mais maduros ficariam separados dos mais jovens, evitando-se abusos inerentes à junção de fortes e fracos. Infelizmente, a leitura do projeto de lei 5.385/13, assinado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) fez cessar as expectativas positivas. O texto não segue uma linearidade. Ao que parece, pretendeu tratar, de forma independente, do prazo dilatado e de um novo Regime Especial de Atendimento; entretanto, a todo tempo, os dois institutos se confundem, dando margem ao arbítrio.

Não fica claro, por exemplo, se o tal Regime Especial de Atendimento constitui uma nova modalidade de medida socioeducativa, a ser aplicada no momento da sentença, ou se representaria uma espécie de regime disciplinar diferenciado. Segundo a proposta, esse regime terá o prazo máximo de oito anos. Apesar de, em princípio, estar condicionado à prática de infrações graves, o próprio projeto prevê que o interno maior de 18 anos que se envolver em motins também poderá ser inserido no regime especial.

Ora, o jovem internado por infração menos grave que as elencadas, se acusado de integrar motim, poderá ficar oito anos no tal Regime Especial de Atendimento? É certo que, se o maior de 18 anos, no curso do cumprimento da internação, praticar algum crime, sua punição dependerá da devida apuração, não havendo respaldo para prolongar a internação por tanto tempo. Mas o texto proposto não é explícito com relação a isso.

De forma atentatória à Constituição e às leis vigentes, o projeto desrespeita os princípios da legalidade, proporcionalidade e individualização da medida socioeducativa. Sua falta de objetividade também confere ao juiz a possibilidade de interpretar que, independentemente da sentença proferida, o jovem acusado da prática de ato infracional grave, ao completar 18 anos, automaticamente, terá sua internação estendida em mais oito anos.

A vigorar tal raciocínio, se o rapaz foi internado aos 16 anos, ao final, poderá ficar recluso por dez anos, pois aos dois anos já cumpridos seriam somados oito! Com todo o respeito, se esse é o objetivo, que se o diga expressamente. O projeto ainda cria a possibilidade de pena perpétua, já que, se houver diagnóstico de doença mental, este ensinará a internação compulsória por prazo indeterminado. O cotejo com a exposição de motivos não deixa claro se está a falar de doença mental presente à época da prática do ato infracional ou se diz respeito a doença mental desenvolvida depois. Até para maiores de idade as implicações são diferentes!

De nada adianta apenas dizer que o adolescente não poderá ter tratamento mais gravoso que o adulto. O projeto traz ainda uma agravante para o maior que comete um crime com um menor - esta é desnecessária, pois o Código Penal já prevê a elevação da pena para o agente que instiga alguém não punível a cometer crime (artigo 62, inciso 3º), e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente criminaliza a prática de infração penal com menor de 18 anos (artigo 244-B).

Para que cumpra seus fins, a lei, sobretudo a que priva a liberdade, há de ser objetiva. Afinal, eventual efeito intimidador somente se alcança quando há clareza das consequências do descumprimento. O intuito de corrigir injustiças não pode legitimar a fluidez da norma. O que entra em vigor não é a intenção, mas o texto de lei conforme proposto e aprovado. A história bem mostra que regras imprecisas e confusas conferiram roupagem legal para regimes totalitários.

JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL, 38, advogada, é professora livre-docente de direito penal na USP. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Abril de 2013.

Somos tão jovens: bom de Facebook. E de cinema? (SÉRGIO RIZZO)

Filme sobre Renato Russo faz sucesso na rede social, mas quantos espectadores conseguirá levar aos cinemas?



Thiago Mendonça interpreta Renato Russo no longa "Somos tão jovens"

Somos tão jovens ainda não entrou em cartaz, mas já exhibe um dado invejável: em 30 de abril, três dias antes do lançamento, o perfil do filme no Facebook atingiu a marca de 200 mil fãs, de acordo com o site oficial. Nesta sexta-feira, vem a prova de fogo, a que realmente vale: quantos espectadores conseguirá levar aos cinemas?

Há quem aposte, com algum otimismo, que chegará a 2 milhões de espectadores. Os muito otimistas acreditam que fará ainda mais. E os desconfiados preferem esperar os números do primeiro fim de semana. Se os 200 mil fãs do Facebook forem aos cinemas e arrastarem mais alguém com eles, o filme pode engatar.

De pernas pro ar 2, a maior bilheteria nacional do ano, arrecadou R\$ 44 milhões e teve aproximadamente 4,9 milhões de espectadores. *Vai que dá certo*, em segundo lugar, fez até agora R\$ 25,9 milhões e atraiu cerca de 2,5 milhões de espectadores.

Somos tão jovens não se confunde com esse gênero, o da comédia de costumes, sempre muito popular no país. Ao contrário: corre em uma raia incomum no cinema brasileiro, a do filme pop para jovens. E "jovem", nesse caso, diz respeito à idade e também ao espírito, para incluir todos os que já eram crescidos quando Renato Manfredini Júnior, o Renato Russo (1960-1996), inscreveu seu nome na história do rock brasileiro.

Alguém se lembra de um longa-metragem brasileiro de ficção que mencione em um diálogo a banda Joy Division? E cujos personagens falem também de Lô Borges, John Lennon, Bob Dylan e Sid Vicious? Ecléticas, essas referências ajudam a compor o cenário jovem de Brasília na virada dos anos 1970 para os 1980, quando Renato dava início ali à sua carreira musical, primeiro com a banda punk Aborto Elétrico, depois como o Trovador Solitário e, finalmente, com a Legião Urbana.

Somos tão Jovens recria o Renato (interpretado por Thiago Mendonça, que imita de modo convincente os gestos, expressões e entonações de fala do compositor) dos 18 aos 22 anos, mais ou menos. Com isso, apresenta uma versão alto astral de sua trajetória, sublinhando as descobertas, mas sem esconder as dores. Ele apronta? Sim. Irrita os amigos? Muitas vezes. O personagem do filme tem uma personalidade difícil, é verdade, mas não dá trabalho perdoá-lo, sobretudo quando ele pede desculpas escrevendo cartas ou compondo canções. É uma figura doce, ainda que de vez em quando fique azeda.

O diretor Antonio Carlos Fontoura (*A rainha diaba, Espelho de carne, Gatão de meia idade*) e o roteirista Marcos Bernstein (que escreveu *Central do Brasil* e *Faroeste caboclo*, e dirigiu *O outro lado da rua* e *Meu pé de laranja lima*) optam por um tratamento linear e conservador daqueles anos agitados. O resultado é um filme palatável e atraente, com muita música, para o grande público — que, no Brasil, assiste mais à TV do que vai ao cinema. Esse espectador entenderá que o filme foi feito para ele e estará disposto a sair do sofá para conferir? Ou curtir no Facebook terá sido o suficiente para defender a causa? Respostas a partir de sexta-feira.

SÉRGIO RIZZO escreve para esta publicação. **Revista CULT, Maio de 2013.**

O ASSUNTO É: ABORTO

A saúde pública espera por mudança (OLÍMPIO BARBOSA DE MORAES)



POUCOS se dão conta de que uma tragédia assola o país, sem alardes no noticiário. No Brasil, por ano, de 250 a 300 mulheres morrem em decorrência de abortos clandestinos.

A maioria delas é jovem, negra, analfabeta, tem baixa escolaridade e nível socioeconômico. Por ser crime, a conta é incerta, mas o impacto da perda dessas vidas desestrutura famílias e enterra sonhos. As estimativas falam em cerca de 1 milhão de abortos realizados na ilegalidade anualmente no país. Desse total, ao menos um quarto gera complicações que levam a internações para curetagens pós-abortamentos na rede pública.

Muitas mulheres ficarão estéreis ou terão a saúde comprometida por toda a vida. Isso ocorre à sombra do nosso anacrônico Código Penal (de 1940), cujos estreitos limites excludentes de ilicitude do aborto não dialogam com os compromissos humanísticos inerentes à responsabilidade social e aos tratados internacionais subscritos pelo governo brasileiro.

Há pouco, o Conselho Federal de Medicina - em resposta a solicitação da comissão especial do Senado criada para cuidar da reforma desse código - decidiu expressar ser favorável à ampliação do leque de situações em que há exclusão de ilicitude. Ora, essa decisão não transforma a entidade em defensora do aborto ou de sua descriminalização. O que está em discussão é o aumento do número de "causas excludentes de ilicitude". Ou seja, em determinadas situações previstas em lei, a interrupção da gestação não configurará crime. Ato praticado fora desses parâmetros serão punidos.

A análise de tema tão complexo não pode ser tratada de forma maniqueísta, de reserva teológica ou de fé dogmática. Espera-se o equilíbrio e a isenção que permitam enxergar no aborto a relevância de um grave

quadro de saúde pública. Nesse debate, o tema do aborto deve ser analisado sob o prisma da autonomia individual e da realidade trágica que leva mulheres a arriscarem a vida. Por medo de serem punidas pela Justiça, realizam procedimentos sem segurança. A prática do aborto clandestino prevalece em países onde as leis sobre o tema são mais restritivas.

Em 97 países, que concentram cerca de 70% da população mundial, há regras que permitem a interrupção da gestação. Em outros 93, a prática é proibida ou só é permitida em situações especiais, como deformações do feto, violações ou risco de vida para a mãe. A Organização Mundial da Saúde calcula a realização de 46 a 55 milhões de procedimentos anuais em todo o mundo. Cerca de 80% deles em países em desenvolvimento. Estudos indicam que, em países onde houve reformas legais com ampliação do número de situações de exclusão de ilicitude, caiu de forma significativa a morbimortalidade materna. Nesses locais, com o aumento da procura das mulheres por informação em

saúde sexual e reprodutiva e por métodos contraceptivos, reduziram-se as situações de gestação indesejada e, conseqüentemente, de abortos.

Não podemos prever de forma cartesiana que isso se reproduzirá no Brasil, apesar dos indícios científicos dessa possibilidade. O que nos parece relevante é discutir o tema com todos os setores da sociedade, para tratá-lo sem subterfúgios. É preciso encontrar o melhor caminho para impedir que a transformação do direito à vida assuma o caráter de dever de sofrimento para milhares de mulheres. Num país marcado pela desigualdade, apenas o exercício da razão, da compaixão e da solidariedade poderá evitar novas tragédias ou a manutenção dos dramas silenciosos.

OLÍMPIO BARBOSA DE MORAES FILHO é professor da Universidade de Pernambuco e vice-presidente da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia no NE. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2013.**

A revolução hipocrática (LUIZ GARCEZ LEME)

PARA TODOS aqueles que têm interesse por ética de pesquisa e bioética, alguns temas são familiares. A questão do aborto é típica. A favor do aborto (ou de seus sinônimos adocicados) esgrime-se com o pacote de argumentos dos direitos de autonomia da mulher, sem se conceder direitos ao embrião; da imaginada impessoalidade do embrião, sem explicar o que seriam então essas curiosas células que se desenvolvem e estruturam com um genoma distinto do da mãe; da conveniência social e de saúde pública.

Contra o aborto esgrime-se essencialmente com os direitos da pessoa humana desde a concepção; da superioridade do direito à vida sobre a conveniência social ou pessoal, que impede, por exemplo, que se assassine um vizinho incômodo. Existem também os dados oficiais de mortalidade materna do Ministério da Saúde (Datasus), que destoam de muitos dados usados como bandeiras a favor do aborto. A questão não é atual. Entre gregos e romanos a prática do aborto, do infanticídio, do suicídio e de outras formas de intervenção na vida era conhecida e até comum. O mesmo pode-se dizer do ponto de vista social sobre a pedofilia, a sujeição da mulher ou a escravidão.

Em meio a essa realidade, vários séculos antes de Cristo, alguns já anteviam que não era este o caminho para o verdadeiro cuidado do ser humano. Tal percepção levou os discípulos de Hipócrates de Cós a elaborarem uma série de normas que confrontava a prática vigente colocando o ser humano em primeiro lugar. Durante quase 2.500 anos os médicos têm proclamado, desde sua formação, que o cumprimento dos princípios hipocráticos é essencial não só ao exercício profissional mas à sua própria existência. Na verdade os princípios do assim chamado juramento hipocrático nesses 25 séculos deixaram de ser patrimônio de médicos ou pacientes para tornarem-se patrimônio comum de todos. São bases de percepção da dignidade humana.

O texto pode ser dividido em dois grupos de compromissos: os referentes à vida biológica e os referentes à vida biográfica, ambos componentes humanos indispensáveis. Do ponto de vista biológico, o compromisso veta a agressão à vida pela má prática, o aborto ou o suicídio assistido. Do biográfico, exige o direito à intimidade e ao sigilo e veta a utilização da atividade médica para dano ou sedução. O que impressiona é que o juramento deixa explícito que esses direitos e deveres são válidos para homens ou mulheres, livres ou escravos. Revolucionário para a época hipocrática e, infelizmente, parece que também para a nossa.

A controversa posição da atual diretoria do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre a possibilidade de aborto até o terceiro mês de vida da criança, tal como amplamente veiculada pelos meios de comunicação, não parece ter em conta o compromisso sobre o qual todos os médicos, velhos ou novos, algum dia juramos. Não me parece que o CFM tenha, ao lado de outras atribuições legítimas, autoridade suficiente para anular o juramento hipocrático. A proteção do mais frágil baseada em direitos que subsistem em qualquer situação está na essência radical do agir médico.

A comunidade, mesmo a mais simples, sabe disso e cobra com acerto esse direito quando se sente ameaçada. Qualquer médico com um mínimo de experiência já ouviu em algum pronto-socorro do passado de um familiar desesperado: "Doutor, os senhores têm que fazer alguma coisa... Os senhores juraram!". É verdade: nós juramos!

LUIZ E. GARCEZ LEME é médico, professor da Faculdade de Medicina da USP e coordenador da Comissão de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da mesma universidade. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2013.**

Um Legislativo de mãos atadas (JOSÉ AMÉRICO)

É RECORRENTE a desconfiança da sociedade sobre o trabalho do Poder Legislativo. Se levarmos isso para a esfera municipal, em que a ação parlamentar se encontra mais próxima da população, é perceptível a visão do vereador como despachante e mero revisor ou avalista das propostas do Executivo.

Precisamos mudar esse quadro. Mas, por mais esforço que façamos para debater e aprovar propostas que causem impacto no dia a dia, estamos diante de um obstáculo institucional difícil de ser enfrentado. A Constituição Federal se preocupa excessivamente em preservar o poder dos Executivos, além de ser imprecisa quanto às atribuições das Casas Legislativas. Está aí a origem da prevalência sistemática do poder do presidente da República, dos governadores e prefeitos sobre os seus respectivos Legislativos. Estimativa da Câmara Municipal de São Paulo aponta, até 2012, uma média anual de 44 projetos que foram aprovados pelos vereadores e vetados pelo Executivo.

A justificativa para a maioria desses vetos é o chamado "vício de iniciativa": o argumento de que o prefeito tem a prerrogativa exclusiva de propor cada projeto. Isso demonstra como nossa atuação está restrita, o que só desestimula a possibilidade de pensarmos propostas de maior envergadura. Considero urgente o debate sobre o efetivo papel do

Legislativo - e o nosso, dos vereadores, em particular. Isso contribuirá para que a população cobre uma atuação mais condizente de seus representantes. A discussão faz todo o sentido nesse momento em que o Congresso Nacional debate uma proposta de emenda à Constituição que visa criar o orçamento impositivo.

No Brasil, a peça orçamentária é uma lei autorizativa que permite que o Executivo não seja obrigado a aplicar os recursos aprovados pelo Legislativo. O governo pode selecionar as obras que serão executadas e bloquear o repasse de verbas, deixando de implementar as ações previstas pelos parlamentares. Essa situação acabaria caso o orçamento fosse impositivo, já que haveria obrigatoriedade de o Executivo cumprir o que fosse referendado pelo Legislativo. Somos impedidos de atuar em assuntos de reorganização administrativa. Isso é um equívoco, pois poderíamos agir nessa área, desde que as propostas feitas por nós não demandem criação de novos cargos.

A ideia de que os Legislativos não podem elaborar projetos que gerem custos extras precisa ser revista. Devemos ter tal direito, já que é possível condicionar tais propostas a uma provisão de receita anterior. Da mesma forma, por que não permitir que os parlamentares possam legislar sobre certos aspectos da política tributária? O Executivo tem sempre o direito de sancionar ou não os projetos aprovados pelo Legislativo, o que lhe assegura um controle enorme sobre o que for validado pelos parlamentares. É preciso também que o Ministério Público e o Judiciário sejam mais comedidos e imparciais em suas ações, em vez de barrar, sempre que possível, nossos projetos.

Exemplo disso é o auto de licença de funcionamento condicionado. O projeto de licença provisória aos estabelecimentos em imóveis sem alvará, de origem legislativa e sancionado pelo prefeito Gilberto Kassab, foi suspenso pela Justiça sob o pretexto absurdo de constituir "vício de iniciativa". Situação semelhante é a proposta dos Conselhos de Representantes, aprovada pela prefeita Marta Suplicy e embargada judicialmente.

Tenho feito contato com Casas Legislativas de todo o país para buscar apoio em favor de uma emenda constitucional que restaure minimamente as prerrogativas do Poder Legislativo. Essa articulação é necessária, pois, caso contrário, continuaremos com braços e pernas amarrados, exercendo nossas atividades de forma meramente complementar e secundária.

JOSÉ AMÉRICO DIAS, 59, jornalista e vereador (PT), é presidente da Câmara Municipal de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Maio de 2013.

Repórter fica um ano longe da internet e volta para contar como foi (LUCIANA GALASTERI)

Jornalista que decidiu se desconectar do mundo online por um ano conta, em entrevista para a GALILEU, sobre sua experiência longe da web e fala como se sente com a sua volta



Há pouco mais de 12 meses, o editor do site The Verge Paul Miller anunciou que faria um experimento: ele queria passar um ano todo offline. E quando dizemos offline, não estamos falando que ele apenas parou de usar suas redes sociais, ou que continuava mandando mensagens por WhatsApp: todas suas conexões com a internet foram cortadas, desde o seu laptop até o seu GPS.

O seu período de isolamento virtual terminou esta semana. E, agora, Miller volta para contar a sua experiência. De acordo com ele, no início do experimento, sua vida ficou melhor e mais produtiva. Escreveu mais, estudou mais, leu mais e fez todas as coisas que internautas assíduos acham que serão capazes de fazer se, um dia, abrirem mão de acessar a internet.

No entanto, com o passar dos meses, Paul percebeu que estar offline não resolveria seus problemas pessoais – eles permaneciam lá. E a procrastinação e falta de produtividade eram seus produtos e não da internet. Fora da rede, ele encontrou outros motivos para mantê-lo distraído e longe de suas resoluções. “Achei que eu fosse me tornar uma pessoa melhor. Eu não queria encontrar este Paul no fim dessa minha jornada de um ano”, escreve, em artigo publicado no The Verge, que resume todas as mudanças que ele sentiu.

GALILEU conversou com Miller para saber mais sobre sua experiência e ficar mais por dentro dos detalhes sobre seu exílio da rede – confira:

GALILEU: Antes da experiência, você acreditava que ficar longe da internet por um ano inteiro o tornaria, de várias formas, uma pessoa melhor. Mas, depois do teste, você diz ter encontrado formas offline de perder seu tempo e tomar decisões erradas. Por que temos essa tendência de culpar a internet por nossos erros?

Paul Miller: Acho que todos nós fazemos muitas decisões erradas e adoramos a ideia de ter algo para culpar a não ser nós mesmos. Ouvi vários casos de pessoas que resolveram se afastar da internet e fizeram muitas coisas boas com seu tempo extra – e esse era eu no começo, então sei que é possível ser uma pessoa melhor. Mas você precisa, na verdade, de determinação, no período de folga da internet. Ficar offline não resolve nenhum de seus problemas sozinho.

20 anos atrás, o primeiro website foi lançado. E, hoje, você está respondendo uma entrevista sobre como foi ficar offline um ano inteiro – coisa que o mundo todo encara como um feito impressionante.

Miller: Isso é uma prova de como nós podemos nos adaptar, de como nós somos capazes de usar algo tão bizarro quanto a internet de forma tão fluente. Mal lembramos de uma época em que ela não existia. Mas é importante lembrar também de como a internet é única, das diferenças que ela tem para outras experiências humanas.

Que diferenças seriam essas?

Miller: Elas não são necessariamente boas ou ruins, mas agora que voltei para a internet eu vejo como ela é chocante e insana e posso compará-la com a nossa existência offline. Temos tanta informação agora, tanta presença na vida de outras pessoas. E a capacidade de nunca nos sentirmos entediados de novo.

E quais foram as mudanças que estar offline trouxe para sua vida social e amorosa? Afinal, sem as ferramentas online é mais difícil conhecer pessoas, conversar com elas e até flertar, certo?

Miller: Eu perdi contato com várias pessoas, o que foi mais culpa minha do que delas. Sem e-mail e serviços de mensagem você precisa ser muito proativo e decidido com seus planos sociais. Um encontro, platônico ou romântico, não sai mais de uma simples e casual conversa online. Você precisa se arriscar em uma ligação telefônica e combinar um encontro certo: você quer fazer X coisa comigo no dia X às X horas? É completamente intimidador e esse ano eu não sinto que eu venci meus momentos intimidadores – pelo menos não tão frequentemente. E meus amigos, na hora de combinar coisas comigo, também sentiram a mesma dificuldade.

Antes de sair da internet, quais eram seus hábitos online – além de frequentar sites e usar ferramentas no trabalho? Como você passava seu tempo livre na web?

Miller: A maior parte do meu tempo livre eu usava assistindo vídeos no YouTube e batalhas de StarCraft através do Twitch.tv. Também navegava no Reddit e assistia Netflix. Mas é importante ressaltar que eu usava cada aspecto da internet para o trabalho, constantemente. Eu não me desligava: email, serviços de mensagens, feeds de notícias, Twitter e assim por diante. Estar na internet, em todos os seus lugares, era meu trabalho. Mas hoje eu acho que eu me espalhei de forma muito leve por eles, como uma camada de manteiga muito fina por cima de uma fatia de pão. Eu estava lá, mas não havia profundidade.

Mas como você pode dizer que ficou offline quando o mundo todo está online? Indiretamente, você não estaria se conectando à internet através de alguém quando pede pra uma pessoa te ajudar a encontrar um endereço e ela usa o Google Maps, mesmo que a pesquisa na internet não fosse sua intenção inicial?

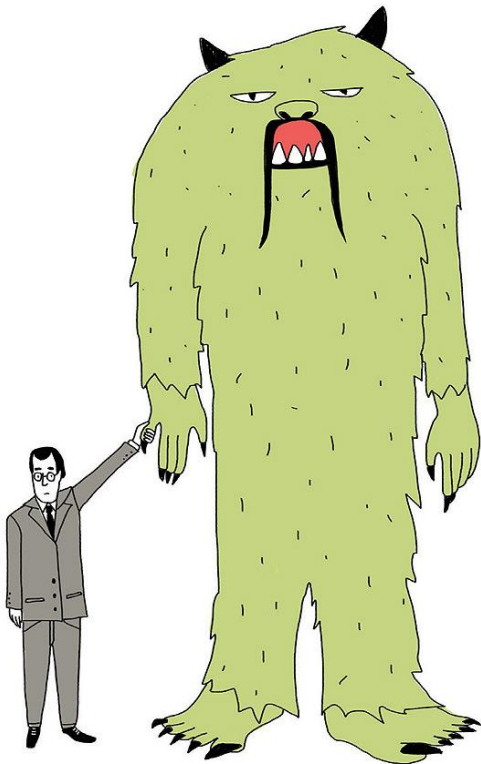
Miller: Eu procurei pedir ajuda apenas para pessoas que já sabiam das informações que eu buscava. Eu nunca pedi pra alguém pesquisar algo, por exemplo. Mas, sim, o problema do meu experimento é que eu era o único offline. Então eu precisava trazer as pessoas para o meu nível para interagir com elas. Mas a boa notícia é que pessoas ainda existem, e elas são muito divertidas de se conversar. Gostaria, aliás, de agradecer a todos que me deram algum tipo de ajuda neste ano.

E, desde esta semana, você está de volta à rede. Quais são suas primeiras impressões?

Paul Miller: Só digo que é um mundo insano, estressante e absolutamente incrível.

LUCIANA GALASTERI escreve para esta publicação. **Revista GALILEU, Maio de 2013.**

O "Diktat" alemão (BOAVENTURA SANTOS)



PROVAR que há alternativas ao "Diktat" alemão do nacional-austeritarismo (austeridade em vez de crescimento econômico) é o maior desafio que as sociedades europeias hoje defrontam.

A história europeia mostra de maneira muito trágica que não é um desafio fácil. A razão alemã tem um lastro de predestinação divina que o filósofo Fichte definiu bem em 1807, quando contrapôs o alemão ao estrangeiro desta forma: o alemão está para o estrangeiro como o espírito está para a matéria, como o bem está para o mal.

Perante isso, qualquer transigência é sinal de fraqueza. O próprio direito tem de ceder à força para que esta não enfraqueça. Quando a Alemanha invadiu e destruiu a Bélgica (1914), sob o pretexto de se defender da França, violou o direito internacional, dada a neutralidade daquele pequeno país.

Sem qualquer escrúpulo, o chanceler alemão declarou no Parlamento: "A ilegalidade que praticamos havemos de procurar reparar logo que tivermos atingido o nosso escopo militar. Quando se é ameaçado e se luta por um bem supremo, cada qual governa-se como pode". Essa arrogância não exclui alguma magnanimidade, desde que as vítimas se portem bem. Da nota que a chancelaria alemã enviou à chancelaria belga em 2 de agosto de 1914 - documento que ficará na história como um monumento de mentira e felonias internacionais - constam duas condições que rezam assim:

"3) Se a Bélgica observar uma atitude benévola, a Alemanha obriga-se, de acordo com as autoridades do governo belga, a comprar contra dinheiro contado tudo quanto for necessário à

suas tropas e a indenizar quaisquer danos causados na Bélgica pela tropas alemãs";

"4. Se a Bélgica se comportar de modo hostil às tropas alemãs e se, especialmente, levantar dificuldades à sua marcha... a Alemanha será obrigada, com grande desgosto, a reputar a Bélgica como inimiga." Ou seja, se os belgas se deixassem instrumentalizar pelos interesses alemães, o seu sacrifício receberia uma hipotética recompensa. Caso contrário, sofreriam sem dó nem piedade. A Bélgica decidiu não ser boa aluna e pagou elevado preço: uma agressão tão vil que ficou conhecida como a "violação da Bélgica".

Dada essa superioridade "über alles", humilhar a arrogância alemã tem sempre envolvido muita destruição material e humana, tanto dos povos vítimas dessa arrogância como do povo alemão. Claro que a história nunca se repete e que a Alemanha é hoje um país sem poder militar e governado por uma vibrante democracia. Mas três fatos perturbadores obrigam os restantes países europeus a tomar em conta a história.

Primeiro, é perturbador verificar que o poder econômico alemão está hoje convertido em fonte de uma ortodoxia europeia que beneficia unilateralmente a Alemanha, ao contrário do que esta quer fazer crer. Também em 1914 o governo imperial pretendia convencer os belgas de que a invasão alemã do seu país era para seu bem e que "o governo alemão sentiria vivamente que a Bélgica reputasse [a invasão] como um ato de hostilidade".

Segundo, são perturbadoras as manifestações de preconceito racial em relação aos países latinos na opinião pública alemã. Vem à memória o antropólogo racista alemão Ludwig Woltmann (1871-1907), que, inconformado com a genialidade de alguns latinos (Dante, Da Vinci, Galileu, etc.), procurou germanizá-los.

Conta-se, por exemplo, que escreveu a Benedetto Croce para lhe perguntar se Giambattista Vico era alto e de olhos azuis. Perante a negativa, não se desconcertou e replicou: "Seja como for, Vico deriva evidentemente do alemão Wieck". Isso tudo soa hoje ridículo, mas vem à memória sobretudo tendo em mente o terceiro fato perturbador.

Um inquérito recente aos alunos das escolas secundárias alemãs revelou que um terço não sabia quem fora Hitler e que 40% estava convencido de que os direitos humanos tinham sido sempre respeitados pelos governos alemães desde 1933.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, sociólogo português, é diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Viver bem e viver muito (CRISTIANE SEGATTO)

Como a obesidade arranha o otimismo e a capacidade brasileira de gerar riqueza

“O BRASIL só irá pra frente se investir em educação”. Quantas vezes você já ouviu ou repetiu essa frase? Ninguém discorda que melhorar o nível educacional da população é uma providência urgente e estratégica. Essa é uma unanimidade nacional - ainda que, em certa medida, não passe de recurso retórico.

A mesma consciência não existe em relação à saúde. Todos nós queremos viver bem e, de preferência, viver bastante. Por isso, defendemos que o governo melhore a saúde pública, os planos de saúde funcionem direito e os médicos e hospitais atuem com ética e eficiência. O alcance da reflexão termina aí. Agimos com o imediatismo das crianças de três anos. A sociedade brasileira ainda não percebeu que melhorar as condições de saúde da população é um movimento estratégico para o crescimento social e econômico do país. Não entendeu que a questão envolve (e ameaça) a capacidade brasileira de gerar riqueza e renda.

Muitos especialistas sabem disso e, de vez em quando, escrevem artigos esclarecedores destinados ao grande público. Jornalistas como eu e uma meia dúzia de colegas insistimos nessa tecla não por falta de assunto, mas por perceber o tamanho do buraco em que o país está se metendo. É um trabalho de formiguinha. Espero que, de alguma forma, ele ajude a fomentar a consciência de que o desenvolvimento de um país depende da saúde tanto quanto depende da educação. Essa consciência já existe aqui e ali, mas precisa ser geral, homogênea, cristalizada.

Uma forma de construí-la é destacar não apenas as necessidades de bem-estar individual, mas apontar as dores em uma das partes mais sensíveis do corpo humano e das instituições: o bolso. Poucos exemplos são tão eloquentes quanto o da obesidade. Ela é hoje o maior desafio de saúde que o Brasil enfrenta. Pelas perdas de qualidade de vida e de dinheiro que provoca e, principalmente, pelas que ainda vai provocar. O SUS gasta R\$ 488 milhões por ano para tratar a doença e 26 males decorrentes dela, como câncer, males cardiovasculares e diabetes. A obesidade e suas complicações provocam absenteísmo nas empresas, reduzem a renda das famílias, causam sofrimento, morte, perdas emocionais e econômicas.

Segundo projeções realizadas nos Estados Unidos, a atual geração de crianças pode ser a primeira na história a viver menos que os pais. O Brasil segue o mesmo caminho. Quase metade da população brasileira pesa mais do que deveria (48%). O histórico médico das crianças já é comparável (ou pior !!!) que o dos avós: colesterol alto, diabetes, desgaste nas articulações. Frear a epidemia é responsabilidade de todos (escola, governos, indústria), mas um fato não pode ser subestimado: a obesidade é construída dentro de casa. Ela é transmitida de geração em geração - e não apenas pelos genes. Queria ver, de perto, como e por que isso ocorre. Nas últimas semanas, acompanhei a história de três gerações de duas famílias marcadas pela obesidade. Acompanhei os hábitos e tomei contato com as emoções que contribuem para o excesso de peso. Foi uma experiência ímpar.

Com essas famílias, entendi muito mais sobre a complicada transição nutricional sofrida pelo Brasil do que seria capaz de apreender apenas pela leitura de livros e artigos científicos consultados para a construção desta reportagem. O resultado ganhou a capa da edição impressa desta semana. Produzimos também conteúdos complementares para o site e para os tablets.

A obesidade sempre esteve e continuará estando no nosso radar. Desta vez, nos concentramos nos ingredientes familiares que contribuem para o espantoso fenômeno que o Brasil vive. É uma nova abordagem sobre um tema tratado pelos mais variados aspectos em nossas páginas e nesta coluna. Olhar para ele e para os desafios de saúde que o país enfrenta é o nosso compromisso. A causa é boa e esta formiguinha tem disposição.

CRISTIANE SEGATTO Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Maio de 2013.**

O fantasma de Bin Laden (DRAUZIO VARELLA)

NESTE sábado, caro leitor, contarei uma história que parece mentira. Um ano e meio atrás, comecei assim a coluna em que descrevi o lance mais controvertido da caçada a Bin Laden: o da falsa campanha de vacinação de crianças paquistanesas contra a hepatite B.

A CIA tinha indícios de que o homem mais procurado do mundo viveria com os familiares em determinada área da cidade de Abbottabad, no Paquistão, mas desconhecia o local exato. Para localizá-lo, a agência contou com a ajuda de um colaborador paquistanês, o médico Shakil Afridi, mais tarde preso em seu país por haver se mancomunado com agentes estrangeiros. Em março de 2011, com a colaboração do doutor Afridi, técnicos de saúde americanos anunciaram uma campanha de vacinação gratuita contra a hepatite B. Para disfarçar o objetivo verdadeiro da empreitada, o programa foi iniciado num dos subúrbios mais pobres de Abbottabad.

Depois de administrar somente a primeira dose da vacina para os habitantes daquela área, os técnicos transferiram os equipamentos para uma clínica situada em outro bairro, justamente nas vizinhanças do local em que supunham encontrar Bin Laden. O que os agentes americanos pretendiam era que as enfermeiras encarregadas de aplicar a vacina ao mesmo tempo colhessem amostras de sangue das crianças. De posse delas, seria feita a separação do DNA para compará-lo com aquele obtido de uma das irmãs de Bin Laden, morta na cidade americana de Boston, em 2010. Por meio dessa estratégia, esperavam identificar o DNA de um dos filhos do inimigo, para chegar com certeza ao endereço do pai.

É provável que o complô tenha tido êxito, porque as enfermeiras encarregadas de coletar sangue e administrar a vacina nos domicílios obtiveram permissão para entrar na área dos empregados que trabalhavam na residência do homem-alvo. Essa história foi publicada no jornal "The Guardian", na revista "Science" e confirmada em comunicado do governo americano à imprensa: "A campanha de vacinação foi parte de uma caçada ao maior terrorista do mundo, nada além disso. Foi uma vacinação verdadeira conduzida por profissionais da área médica. Esse tipo de ação não é realizado pela CIA todos os dias". Diversas organizações internacionais protestaram contra o uso de serviços médicos com finalidades militares, para uma população necessitada. Diretores de faculdades de saúde pública nos Estados Unidos fizeram o mesmo.

No Paquistão, morrem de doenças que seriam prevenidas por vacinação 150 mil crianças por ano. A suspeição e a desconfiança dos paquistaneses em relação aos países ocidentais agravam o problema. Em 2007, clérigos extremistas muçulmanos lançaram boatos de que as vacinas contra a poliomielite oferecidas à população tinham o propósito de transmitir Aids e esterilizar meninas muçulmanas. Como resultado, 24 mil famílias se recusaram a vacinar os filhos e algumas clínicas foram depredadas. Rumores falsos como esses têm sido espalhados por religiosos radicais na Nigéria, nos últimos dez anos.

As consequências do emprego de vacinas para fins militares foram graves. Habitantes das aldeias junto à fronteira entre Paquistão e Afeganistão expulsaram equipes que conduziam campanhas de vacinação verdadeira, acusando-os de espionagem. Com justificativa semelhante, líderes do Taleban proibiram a vacinação contra a poliomielite em diversas partes do país. Finalmente, em dezembro do ano passado, nove vacinadores foram assassinados no Paquistão, acontecimento que obrigou a Organização Mundial da Saúde a retirar do país os funcionários envolvidos nesses programas. Num sinal de que a violência se dissemina, em fevereiro deste ano, dois pistoleiros metralharam dez profissionais que vacinavam crianças contra a poliomielite, na Nigéria.

Esses ataques não poderiam acontecer em momento mais inoportuno: a erradicação da paralisia infantil nunca esteve tão próxima. O número de casos mundiais caiu de 350 mil em 1988, para 650 em 2011. A doença persiste apenas no Paquistão, Afeganistão e Nigéria. Os técnicos calculam que a desconfiança nesses países atrasará em 20 anos a erradicação da pólio. Nesse período, mais 100 mil crianças serão atingidas pela doença.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.

Os protestantes e a política (VLADIMIR SAFATLE)



No momento em que os evangélicos parecem apenas abraçar causas conservadoras, valeria a pena refletir sobre o legado de Calvino, Müntzer e Luther King, entre outros

Uma das questões maiores de nosso tempo é a relação entre religião e política. O filósofo italiano Giorgio Agamben, em seu livro *O Reino e A Glória*, foi mais longe do que o habitual no desvelamento da dependência entre as estruturas institucionais dos Estados laicos e as construções teológicas. Maneira de dizer que o campo político moderno não é o campo da laicização da sociedade, mas a esfera da secularização de construções teológicas.

Uma das consequências desse raciocínio está na consciência de que talvez nossas sociedades ocidentais nunca consigam se livrar da matriz

teológica que nos constitui. O que coloca questões importantes para aqueles que compreendem como o desafio maior para os processos de modernização social encontra-se na desativação do conservadorismo político, moral e de costumes patrocinado atualmente pelas igrejas.

Nesse sentido, vale a pena insistir em uma estratégia que não consiste simplesmente na desqualificação dos discursos teológicos enquanto matrizes para a vida social. Mais produtiva seria a exploração de suas tendências contraditórias. Vejamos, por exemplo, o caso dos protestantes. Atualmente, o Brasil encontra-se diante da recrudescência da força política das igrejas evangélicas, normalmente associadas a uma pauta radicalmente

conservadora em matéria de costumes e política. O que não poderia ser diferente, uma vez que as missões evangélicas que vieram para o Brasil nas primeiras décadas do século XX partiram, principalmente, de grupos profundamente ancorados no Sul dos Estados Unidos. Os mesmos grupos que hoje constituem o *Bible Belt*, dando suporte às alas mais conservadoras do Partido Republicano, como as famosas igrejas batistas do Sul.

No entanto, a tradição protestante contém, em seu interior, uma impressionante prática revolucionária, isso ao menos desde Thomas Müntzer, reformador líder da revolta dos camponeses contra a opressão pelos príncipes alemães. A esse respeito, Ernst Bloch escreveu um belo livro: *Thomas Müntzer, Teólogo da Revolução*.

Lembremos ainda como são os protestantes que enunciarão, ao menos no Ocidente, a centralidade do direito de resistência contra a opressão. Longe de ser a simples enunciação dos direitos da individualidade liberal-burguesa, ele se funda na noção de que os valores maiores presentes na vida social podem ser objeto de problematização e crítica, o que exige a institucionalização da liberdade.

Em Calvino encontramos uma afirmação como: "Os governantes de um povo livre devem envidar todo esforço a fim de que a liberdade do povo, pelo qual são responsáveis, não desvança de modo algum em suas mãos. Mais do que isso: quando dela descuidarem, ou a enfraquecerem, devem ser considerados traidores da pátria". É fato que ele evita generalizar tal consideração sob a forma de um direito geral de resistência. No entanto, a noção calvinista mostra claramente a possibilidade de uma crítica ao poder feita em nome de exigências de institucionalização da liberdade.

Essa crítica será radicalizada por setores do pensamento reformado, como o próprio Müntzer e alguns reformadores puritanos ingleses. A partir deles, o direito de resistência aparece como fundamento da vida social. Essa abertura do pensamento reformado ao problema da resistência alcançará o pensamento político. Ela será radicalizada pela tradição revolucionária francesa, que não deixará de ser influenciada pelos huguenotes.

Lembremos como uma parte significativa da luta contra a discriminação e pela desobediência civil nos EUA foi feita por pastores protestantes, como Martin Luther King Jr. Ele não lutou apenas pelo fim da discriminação contra os negros, mas também contra a desigualdade econômica e contra a Guerra do Vietnã, que ele compreendia claramente como uma guerra imperialista, a ponto de defender a reforma agrária no Vietnã do Norte.

É de Martin Luther King a afirmação de que há algo errado com o capitalismo. "Deveria haver uma melhor distribuição de recurso e talvez a América deveria ir em direção ao socialismo democrático". Neste momento em que uma faixa dos protestantes parece abraçar despidoradamente causas conservadoras, valeria a pena meditar sobre essa outra tradição que os constituiu.

VLADIMIR SAFATLE é filósofo e escreve para esta publicação. *Revista CARTA CAPITAL, Maio de 2013.*

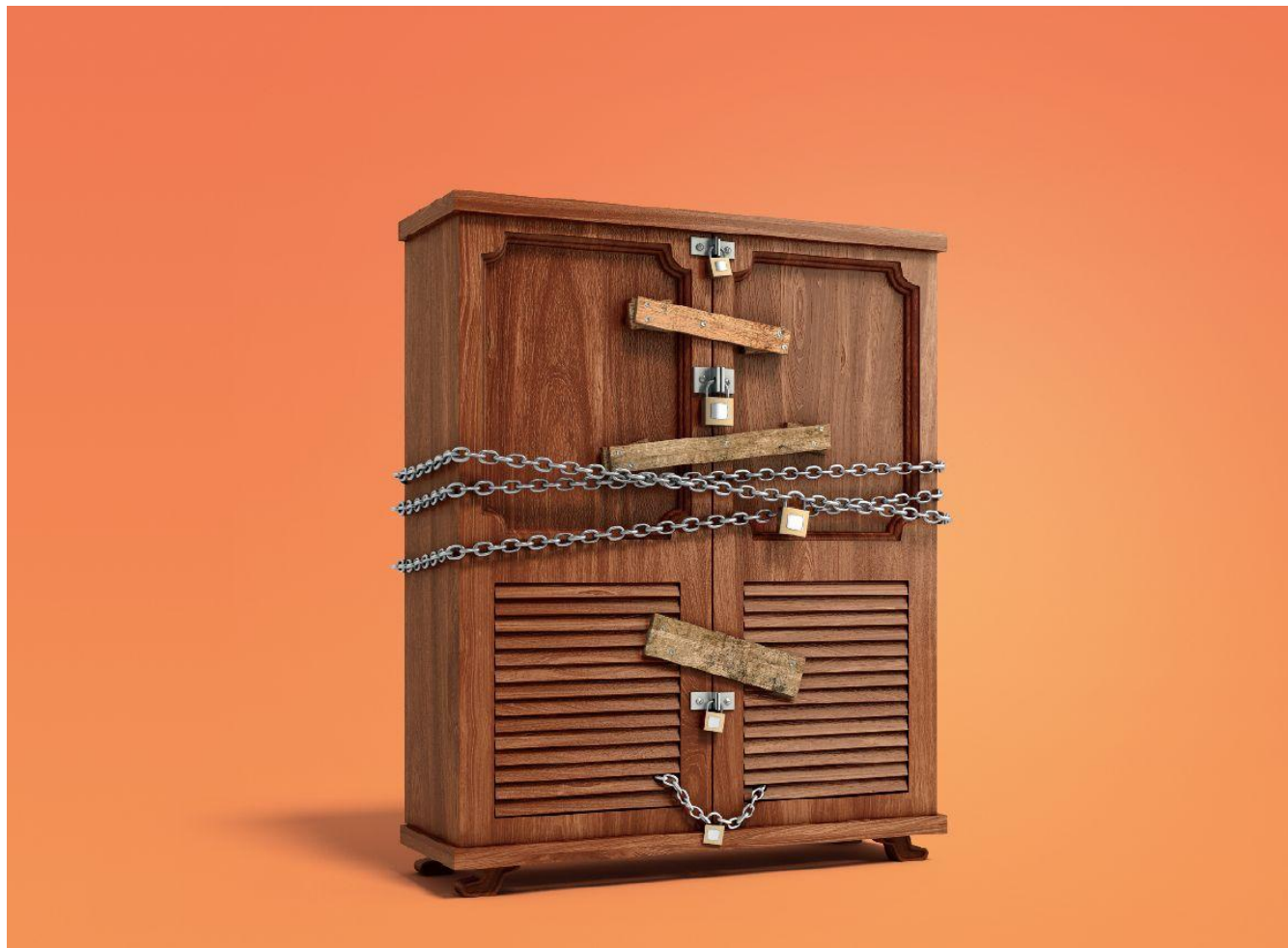
Homofobia é coisa de veado (DENIS RUSSO BURGIERMAN)

AQUELA não foi uma manhã comum no laboratório do departamento de psicologia da Universidade da Georgia, no sul dos Estados Unidos, em 1996. Desde cedo, começaram a chegar por lá os "sujeitos de pesquisa": 64 homens, com 20 anos na média, que se declaravam heterossexuais, divididos em dois grupos. O primeiro era o dos "homofóbicos": pessoas que tinham respondido com uma grande maioria de "sim" a perguntas como "sente-se desconfortável trabalhando ao lado de homossexuais?", "ficaria nervoso num grupo de homossexuais?", e "se um membro do gênero masculino se insinuasse para você, ficaria furioso?". O segundo grupo era o dos não-homofóbicos, que haviam cravado uma grande maioria de "não".

Os cientistas levavam os rapazes para uma sala com luz baixa, pediam que se sentassem numa cadeira reclinável e entregavam um pletismógrafo a cada um. Pletismógrafo é uma palavra que vem do grego *plethynen* (crescimento) e *graphein* (registrar, medir): "medidor de crescimento". Trata-se de uma argola de borracha recheada de mercúrio líquido. A argola deve ser colocada ao redor do objeto que se quer medir. Se o objeto crescer, ela estica, a camada de mercúrio fica mais fina e a engenhoca registra o aumento de tamanho. O objeto a ser medido era o bilau.

Com o pletismógrafo instalado, todos assistiam a três filmes pornôs, cada um com quatro minutos de duração. O primeiro filme mostrava uma cena de sexo entre um homem e uma mulher, o segundo entre duas mulheres, e o terceiro entre dois homens. O resultado foi claro. Todo mundo registrou crescimento da circunferência de seus amiguinhos quando via o fuzuê entre homem e mulher ou entre mulher e mulher. Mas, quando o chamego era entre homem e homem, os homofóbicos registraram um aumento peniano quatro vezes maior que os não-homofóbicos. Mais da metade dos homofóbicos fica animadinho quando vê dois homens transando, contra menos de um quarto dos não-homofóbicos. Aí os cientistas perguntavam a cada um se eles tinham tido ereção. Os homofóbicos que o pletismógrafo flagrou olhavam para os pesquisadores e respondiam, convictos: "não".

Para resumir: homofóbicos, que são pessoas que sentem grande desconforto quando pensam em homossexualidade, frequentemente são homossexuais reprimindo suas próprias tendências biológicas. A pesquisa não foi contestada em 17 anos e suas conclusões foram reforçadas por outro teste mais preciso, realizado na Inglaterra no ano passado, com imagens cerebrais de homofóbicos. Claro que nem todos os homofóbicos são gays: pode ser cultural ou simplesmente uma dificuldade de lidar com o diferente. Mas pessoas que nascem gays em ambientes repressivos muitas vezes aprendem a suprimir a homossexualidade e sentem raiva dela. Essa autorraiva acaba projetada para fora, contra aquilo que parece com o que se odeia em si próprio. É como escreveu o psicanalista ítalo-brasileiro Contardo Calligaris em sua coluna na *Folha de S.Paulo*: "quando reações são excessivas e difíceis de serem justificadas, é porque emanam de um conflito interno".



(prende a franga)

O documentário **OutRage**, de 2009, mostrou como esse distúrbio psicológico afeta a política dos Estados Unidos. O filme conta a história do jornalista investigativo homossexual Michael Rogers, que resolveu se transformar de caça em caçador e foi investigar a vida de políticos ultraconservadores que votavam sempre contra direitos homossexuais. Vários deputados e senadores americanos foram flagrados, alguns com as calças na mão. Um deles, um senador respeitável com mulher e filhos, foi pego transando com um desconhecido no banheiro de um aeroporto longe de casa. É que muitas vezes o desejo reprimido acaba escapando nas ocasiões mais constrangedoras.

No começo do filme, sente-se raiva desses políticos hipócritas. Aí começam a aparecer na tela personagens cada vez mais humanos. Um dos últimos entrevistados foi um senhor inteligente chamado Jim Kolbe, deputado republicano do Arizona, que passara sua longa e produtiva carreira de político firmemente trancado no armário, sempre votando contra qualquer lei que desse direitos a homossexuais. Na década de 1990, Kolbe soube que suas escapadas homossexuais estavam prestes a serem reveladas na imprensa. Antes da publicação, ele foi a público e contou a verdade aos eleitores. "Foi provavelmente a sensação mais gloriosa que já senti na vida", disse, feliz.

Ao contrário do que temia, a confissão não destruiu sua carreira: Kolbe reelegeu-se várias vezes até se aposentar da política em 2003, aos 61 anos, por vontade própria. Após deixar o armário, ele mudou seu jeito de votar, que passou a ser sempre a favor de que homossexuais tivessem direitos. Talvez esses políticos de penteados milimetricamente arrumados que fazem discursos de ódio no Congresso Nacional do Brasil contra direitos gays mereçam mais compaixão que ódio. Talvez eles sejam vítimas infelizes de repressão psicológica, que perpetuam políticas de desigualdade para transferir a outros o desconforto que sentem com si próprios.

O fato é que, no Brasil, homossexuais têm menos direitos que heterossexuais – segundo uma reportagem de capa da SUPER de 2004, eram 37 direitos a menos, que afetam vários aspectos da vida, da herança aos financiamentos bancários ao imposto de renda. Que uns cidadãos tenham menos direitos que outros é uma injustiça, independente da tendência política ou religião. É premissa da democracia que todos tenham os mesmos direitos. Quem nega isso com muita convicção talvez precise entender por quê.

DENIS RUSSO BURGIERMAN é Diretor de redação da Superinteressante. Escreveu o livro *O Fim da Guerra*, sobre o futuro das políticas de drogas, participa da comunidade TED, dá aulas na Eise (Escola de Inovação em Serviços) e é membro da Rede Pense Livre – Por Uma Política de Drogas que Funcione. Pedala entre uma coisa e outra. **Revista SUPERINTERESSANTE, Maio de 2013.**

Como acabar com a guerra em casa (NATHALIA ZIEMKIEWICZ)

Pais, mães e filhos podem ser treinados para alcançar a harmonia em família. Técnicos esportivos, especialistas em guerra e altos executivos mostram em recente best-seller nos Estados Unidos como isso é possível



A BATALHA na casa do escritor americano Bruce Feiler durou quase oito anos, idade de suas filhas gêmeas Eden e Tybee. As manhãs eram especialmente caóticas? nunca subestime o potencial bélico de uma criança quando acorda e precisa ser vestida, alimentada e encaminhada ao colégio contra a vontade. Feiler e sua esposa, Linda, estavam prestes a explodir de frustração. ?Percebi que jogávamos sempre na defensiva, nunca no ataque?, disse o colunista do jornal ?The New York Times? sobre vida em família para a ISTOÉ.

Cansado dos convencionais guias de autoajuda, ele recrutou especialistas das mais diversas áreas para descobrir como manter um grupo unido e motivado: militares, esportistas, executivos, publicitários, etc. Colocou tudo em prática na sua casa, melhorou significativamente a dinâmica familiar e, em fevereiro, publicou ?The Secrets of Happy

Families? (?Os segredos das famílias felizes?, em tradução livre), com um arsenal de 200 dicas inusitadas para a paz do lar.

A obra já figura entre as mais vendidas no ranking do ?The New York Times? e teve os direitos comprados pela Ediouro para ser lançado no Brasil ainda este ano. É um sucesso previsível. Pais modernos são seres entrincheirados entre a frenética exigência profissional e a conflituosa rotina doméstica. Décadas atrás, as gerações não percorriam as prateleiras das livrarias em busca de títulos aconselhadores. Cabia às mulheres cuidar da educação dos filhos, enquanto os homens se dedicavam ao mercado de trabalho. Agora, essa divisão de papéis praticamente inexistente e encontrar o equilíbrio entre eles parece ser a chave da felicidade.

Segundo uma pesquisa da Pew Study feita em 2010, 76% dos adultos consideram a família o elemento mais importante da vida. ?A satisfação dentro de casa norteia os outros aspectos do dia-a-dia, é o que nos deixa tranquilos ou não fora dela?, afirma José Roberto Marques, presidente do Instituto Brasileiro de Coaching.



ORDEM

Júlia (com o marido, Robert) cansou de cobrar os filhos, Luka e Nycolas. Formulou regras, que ficam fixadas na geladeira

Em seu livro, Feiler mostra que dedicamos tempo para aprimorar nosso trabalho, nosso corpo, nossos hobbies, mas não fazemos o mesmo por aqueles que mais amamos. E por que isso acontece? ?As demandas profissionais nunca foram tão grandes e as pessoas têm pouco tempo para lidar com questões emocionais?, afirma Ana Maria Rossi, doutora em psicologia e presidente do Isma-BR, uma associação internacional para a prevenção e o tratamento do estresse. ?É como se elas se reprimissem o dia inteiro para se enquadrar na postura socialmente aceita, então só querem ser elas mesmas quando voltam para casa.? Em outras palavras, você perde a paciência com seu marido porque não pode perder com seu chefe. O autor americano tenta tirar os pais desse fogo cruzado, com sugestões de respostas para perguntas cruciais: como transmitir valores e responsabilidade às crianças, e ainda assim se divertir em família? Como educar e dar suporte aos filhos, mas também arrumar tempo para preservar a relação do casal?

A primeira lição que Feiler testou veio da indústria automobilística japonesa. Lá, os trabalhadores seguem um quadro de tarefas que organizam o caos e faz com que todos

vejam o progresso do time. Eles também participam de breves reuniões para avaliar o desempenho do grupo e discutem o que deu certo, o que não deu e qual será o objetivo da próxima semana. Esses encontros reduzem o estresse e melhoram a comunicação da equipe. Como todas as propostas do livro, Feiler testou essa em sua casa. Pregou um fluxograma na parede da cozinha, listando os deveres de cada membro da família, como ?tirar o lixo? ou ?arrumar a cama? (leia mais na pág. 66). Também ajudou as filhas a se orientarem de manhã com um cartaz de passo a passo: ?escovar os dentes?, ?arrumar o cabelo?, etc. Todos passaram a se reunir uma vez por semana, por 15 minutos, para conversar sobre apenas dois problemas e sugerir soluções. Desde então, o autor permite que as filhas escolham as próprias recompensas e punições, como ?uma festa do pijama? ou ?uma semana sem doce?, de acordo com o comportamento.



HARMONIA

Ana Paula recorreu aos jogos de caça-palavras para salvar as viagens de carro com os gêmeos João Pedro e Thiago

De fato, há uma série de pesquisas sobre como é vantajoso dar poder às crianças. Quando planejam o tempo, definem metas e avaliam o desempenho, elas desenvolvem o córtex pré-frontal. Essa parte do cérebro é responsável pela cognição, pela tomada de decisões e pela autodisciplina. De um jeito intuitivo, a empresária Júlia Cencini aplicou uma técnica parecida com seus dois filhos, Nycolas e Luka, de

19 e 14 anos. Ela pregou na geladeira uma constituição com regras e tarefas, tudo discutido e assinado por cada um da família. ?Eu era a chata sobrecarregada, não aguentava mais brigar e cobrar que me obedecessem?, diz Júlia. A televisão, por exemplo, deve ser desligada às 22h. O castigo vem em forma de descontos na mesada, mas a empresária ainda não precisou recorrer a isso. Para ela, o desgaste diminuiu porque, quando as coisas não saem como o esperado, basta apontar para a ?lei? formulada em conjunto.



RELAX

Por causa do trabalho, Ana Júlia não almoça nem janta com Enzo, mas compensa com o tempo juntos com qualidade

A obrigação das refeições em família é outro mito que o colunista derruba em seu livro. Ele traz à tona uma pesquisa reveladora: apenas dez minutos ao redor da mesa são de conversas produtivas. O resto é ocupado por frases como ?passe o sal? ou ?tire os cotovelos daí?. Ou seja, em vez de se culpar por não conseguir almoçar ou jantar com os pequenos, os pais deveriam reservar tempo, de qualidade, com eles em um horário viável da sua rotina ? pode ser uma leitura infantil antes de dormir, por exemplo. A descoberta é um alento para mulheres como a fisioterapeuta Ana

Júlia Graf. Ela trabalha 12 horas por dia, o que a impossibilita de fazer as refeições com o filho Enzo, 8 anos. ?Eu me cobro por isso, me sinto uma mãe incompleta por não estar com ele nesses momentos?, diz. Ana tenta recompensá-lo aos fins de semana e dias de folga, quando está mais relaxada e pode acompanhar trabalhos de escola ou bater uma bola na praia, em Santos, onde vive com o marido. Melhor para Enzo, de acordo com uma pesquisa feita com crianças e adolescentes entre 8 e 18 anos. Elas responderam à pergunta: ?Se você tivesse um pedido aos pais, qual seria?? Ao

contrário do que os adultos entrevistados imaginaram, os filhos não pediram mais tempo com eles: 34% queriam que o pai e a mãe estivessem menos cansados.



Esse dado é curioso, na medida em que o próprio rebento se encarrega de minar as energias de seus progenitores. Imagine que irmãos entre 3 e 7 anos brigam dez minutos a cada hora. E que apenas um em cada oito combates termina em reconciliação. A comerciante Ana Paula Gaspar hasteou a bandeira branca há alguns anos, depois de surtar em viagens de carro com os filhos João Pedro e Thiago, gêmeos de 13 anos. Eles costumavam passar temporadas no litoral, mas o período de descanso nunca saía como o esperado. Impacientes no trânsito, com fome, eles perguntavam o tempo todo ?quanto faltava para chegar? e se cutucavam para driblar o tédio. Certa vez, Ana Paula colocou a cabeça para fora da janela e gritou exaurida. Hoje, anda com revistas de caça-palavras para todo lado, uma tática que não só sossegou os meninos como fez com que todos se ajudassem para finalizar o jogo. Foi exatamente essa a dica dada pelos designers de games do Vale do Silício entrevistados por Feiler, experts em entreter crianças. A essência é estimulá-las a interagir, não competir entre si. Em salas de espera, como aeroportos, dê missões comodescubra a que horas sai o próximo voo para os EUA? ou ?quantos passos são necessários até o portão 3??

NAMORO

Tatiana sofre para equilibrar o trabalho, a casa e a criação da filha Sofia. Rodrigo quer mais tempo sozinho com ela

A ideia de pertencer a um grupo, nas horas divertidas ou difíceis, aumenta os laços de afinidade e o poder de resiliência. Feiler identificou essa qualidade ao conversar com líderes militares e esportistas ? são indivíduos que compartilham experiências e se movem juntos por um propósito. Por isso, ele sugere que até mesmo quando se trata de dinheiro as famílias pensem no grupo. Casais devem separar a renda entre ?meu?, ?seu? e ?nosso?. Os filhos que ganham mesada podem contribuir com 15% do valor para algo em prol de todos ? uma noite no boliche ou férias no campo, por exemplo. É também uma forma de as crianças entenderem o significado dos impostos e da poupança. A analista de tecnologia da informação Mônica Japiassú faz questão de educar financeiramente as filhas Amanda e Letícia, de 8 e 4 anos. Ela e o marido presentearam as meninas com cofrinhos e pagam uma semanada às duas. A mais velha ganha R\$ 3,50 e a mais nova, R\$ 0,50 (gastos em balas). Amanda economizou meses para comprar um skate e a mãe a ajudou na pesquisa de preços. ?Isso fará diferença no futuro, elas saberão o valor do dinheiro e como administrá-lo?, afirma Mônica.

SEMANADA

As filhas de Mônica e Carlos, Letícia e Amanda, ganharam cofrinho e educação financeira dos pais

Com tantas preocupações com os filhos, as desavenças entre o casal se tornam, praticamente, inevitáveis. O próprio Feiler conta que ele e a esposa tinham um horário crítico diariamente, no começo da noite, quando decidiam quem iria lavar a louça ou botar as roupas na máquina. Estudos indicam que o período mais estressante para as famílias é entre 18h e 20h, com os pais cansados do trabalho e diante das tarefas domésticas. O casal adiou as conversas chatas para depois do



jantar e de um banho relaxante. Feiler consultou diplomatas de Harvard para saber como brigar com inteligência (leia mais na pág. 65) e descobriu que longas discussões são as menos eficazes. Os verdadeiros argumentos são ditos nos três primeiros minutos? depois, a tendência é a repetição e ofensas. ?Se a briga fica feia, prefiro dar um gelo do que me desgastar na discussão?, diz a fotógrafa Tatiana Cristov Furlan, casada há cinco anos. Ela trabalha e cuida da filha Sofia, 2 anos, além de ser responsável pelas tarefas da casa. Quando o marido volta do escritório, já está pronta para dormir. ?Ele reclama que não tenho tempo para ele?, diz. Reservar um dia na semana para namorar é uma das dicas de uma terapeuta sexual com quem Feiler conversou.

NÚMEROS DA DISCÓRDIA

Crianças e adolescentes entre 8 e 18 anos responderam à pergunta: "Se você tivesse um pedido aos pais, qual seria?" Para 34% delas, que a mãe e o pai estivessem menos cansados / estressados – 56% dos pais acharam que os filhos pediriam mais tempo com eles

Para 76% dos adultos, a família é o elemento mais importante de suas vidas. Quase todos, porém, se sentem sobrecarregados com a rotina doméstica

Apenas dez minutos das refeições em família são de conversas substanciais. O resto do tempo é de expressões como "tire os cotovelos da mesa" ou "me passe as batatas"

Durante uma discussão, os verdadeiros argumentos são ditos nos três primeiros minutos. Depois, a tendência é a repetição e ofensas

Irmãos entre 3 e 7 anos brigam dez minutos a cada hora. De oito disputas, apenas uma acaba em reconciliação

* Fontes: Pew Study, Families and Work Institute, Lyn Fogle, John Gottman, Hildy Hoss, Universidade de Chicago, Marriage and Health Center



Não existem fórmulas prontas nem um perfil científico das famílias felizes. O que o autor americano aponta são pistas de como se aproximar daquela tão sonhada harmonia, sem recorrer a cartilhas clichês de best-sellers sobre as mães-tigre, chinesas ou francesas. Talvez alguns indicadores ajudem a avaliar se você está seguindo nesse caminho. Ser assertivo, por exemplo, é uma das qualidades essenciais dentro de casa. ?Não reprimir emoções nem colocar a culpa em ninguém, mas abrir para o diálogo?, afirma Ana Maria Rossi, do Isma-BR.

Em segundo lugar, priorizar a qualidade em vez de quantidade de tempo. De nada adianta passar horas com os filhos se vocês vivem se acusando e se ressentindo. Após três anos de pesquisa, o autor concorda. Para ele, as famílias felizes têm três coisas em comum: elas são adaptáveis, conversam muito e se divertem junto. ?E o mais importante: todos decidem continuar a trabalhar para aprimorar a família.? Essa pode ser a lição mais duradoura de todas.

DOS ESPORTES

Em um time, o resultado depende do conjunto. O gol não é mérito apenas do atacante que desferiu o chute, mas dos jogadores que levaram a bola até ele. Eles compartilham tudo e sabem que alcançaram coisas juntos que jamais poderiam sozinhos

DOS MILITARES

A ideia de lutar por um propósito maior, como proteger uma nação, fortalece a autoestima. Pertencer a um grupo com uma forte trajetória também aumenta os laços de afinidade e o poder de resiliência

DO BUSINESS

Fluxogramas visíveis a todos, com as metas de cada funcionário, mostram se alguém está sobrecarregado e estimulam cada um a progredir pelo resultado da equipe

DAS INDÚSTRIAS

Reuniões semanais de "retrospectiva" avaliam a produção de cada funcionário. Apenas dois problemas pontuais são trazidos para a discussão e todos sugerem soluções. Esses encontros melhoram a comunicação, aumentam a produtividade, reduzem o estresse e dão a sensação de que a pessoa faz parte de um time

EM CASA

Breves encontros de família, uma vez por semana, evitam desgastes diários. Em 15 minutos de conversa, pergunte: "O que deu certo nesta semana?" e "O que pode melhorar para a próxima?" As crianças aprendem a refletir, argumentar e se comprometer

Conte para as crianças sobre as origens da família (onde os pais cresceram, como se conheceram, etc.), além de histórias de conquistas ou tragédias (o avô que construiu uma empresa do nada, um tio que superou um câncer). A mensagem embutida é: "não importa a dificuldade, todos continuaram unidos"

Divida as suas dúvidas com os filhos e mostre como é difícil tomar decisões. Por exemplo: "Gostaria de ir ao seu jogo de futebol, mas tenho uma reunião de trabalho e não sei qual das duas é mais importante nesse momento"

Faça um cartaz com os nomes de cada membro e fixe na cozinha. Desenhe três colunas: "o que fazer", "em andamento", "feito". Divida os deveres em post-it ("tirar o lixo", "arrumar a cama", "fazer lição de casa", etc.) para serem colados e movidos ao longo do dia

AS LIÇÕES DE EXPERTS

